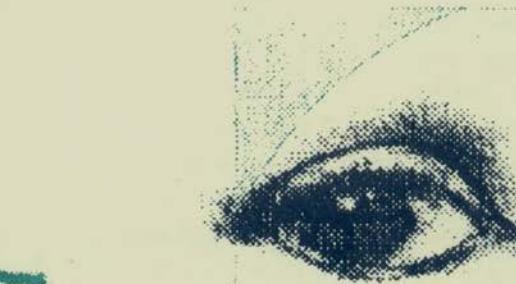


tempo e presença

Publicação do CEDI ■ Ano 14 ■ Nº 263 ■ maio / junho de 1992 ■ Cr\$ 5.000,00



ÉTICA



ÉTICA E DESENCANTO

Revista Estratégia, 3-4 / 91



A turbulência de um período de mudanças parece atravessar a história mundial, e suas repercussões nacionais são inevitáveis. A década de 1990, já no seu segundo ano, dá sinais do curso das alterações. É um tempo fecundo mas não por isso pouco trágico.

Somos dirigidos pela implantação nacional do processo democrático disponível. E sem titubear, antes a democracia! Mas a decepção toma conta do imaginário coletivo — aquele que votou cem por cento na mudança, variando na escolha, infeliz, como alguns admitem hoje. Obrigados ficamos de novo a observar processos como os da Venezuela e Peru, com alguma apreensão.

É nítido que o jogo internacional de reintrodução das regras "puras" do mercado nos exclui. Ou melhor, tem deixado a nosso desfrute seu lado mais perverso. Não só sacrifícios sem fim como o desespero de elites cevadas pelo estado, que corrompem e são corrompidas de modo vil, como se fosse a última chance de "se arrumarem".

A era Collor não é, talvez, a pior, mas não resiste a simples dados de alfabetização e se agarra em saídas ainda não realizadas sem trapalhadas e escândalos, como o Projeto Minha Gente.

A falta de referências parece invadir a vida pública transparecendo políticas desumanas ou desumanizações que geram políticas de resultados nefastos. O jugo militar e a quebra da espinha econômica de outros povos são a face oculta da alta tecnologia e bem-estar do Primeiro Mundo e seus povos.

Destoamos do coro do Sul, por exemplo, nós latino-afro-americanos, ao denunciar 500 anos de invasão e dominação neste 1992.

Cientes de nossa resistência, sabemos tirar partido da adversidade e encantar o mundo com criatividade e produções inesperadas de culturas oprimidas. E nossa maneira de "lidar com a bola", um trato com voltas de dignidade, tem-se traduzido, por exemplo, no campo da informática, em que cresce o uso alternativo por forças democráticas que se articulam em redes locais e mundiais, constituindo percursos novos para a informação. Trato que transcende as denúncias pela democratização da informação, já com vistas a democratizá-la.

Política, economia e tecnologia, informação e cultura mudam e se impõem com a força de fatos que alteram as relações no próprio cotidiano. Para muitos, significa redefinir os referenciais, repor e reintegrar a própria ética. Pública, privada ou eclesial, qualquer que seja o patamar, a ética aflora como questão para a compreensão, a crítica e as propostas.

Neste tempo, a edição da Revista procura enfrentar os temas que se apresentam: ética, educação e informática... Como presença em um todo no qual temas, supostamente dispares, se articulam para aqueles que perseguem o lado justo e igualitário das novidades.

ÍNDICE

Ética

5 ÉTICA E VIDA SOCIAL CONTEMPORÂNEA
Regis de Moraes

8 ÉTICA E POLÍTICA
Herbert de Souza

10 DESAFIOS ÉTICOS NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Julio de Santa Ana

14 IGREJA E ÉTICA
Jaci Maraschin

16 A DIMENSÃO ÉTICA DA PASTORAL: O EXERCÍCIO DO DISCERNIMENTO
Maria Clara Lucchetti Bingemer

18 BÍBLIA E REALIDADE: A ÉTICA CRISTÃ NO NOVO TESTAMENTO
Dagoberto Ramirez

Educação

21 A MODERNIDADE NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA
Maria Clara di Pierro

24 CIACS: AOS TRANCOS E BARRANCOS
Elie Ghanem

Informática

27 DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA
Carlos A. Afonso

30 INFORMÁTICA E CULTURA NOVAS TECNOLOGIAS: VELHOS PODERES?
Lídia Silva Freitas e Sidney Lianza

ECO-92

33 RIO-92: À ESPERA DE RESULTADOS
Lais Menezes

América Latina

35 CARTA ÀS IGREJAS

Povos Indígenas

37 BRASILEIRO GANHA PRÊMIO INTERNACIONAL PELO APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

Rubem Alves

38 AS RAZÕES DO AMOR

Bíblia Hoje

40 ENTRE DESERTOS E JARDINS
Ana Maria Gallazzi

Resenha

43 DISCURSO MIMÉTICO, ETOGRAFIA E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE
Yvonne Maggie

ÉTICA

Discussão obrigatória na atual conjuntura brasileira, a questão é abordada de forma abrangente, com liberdade e ousadia. Páginas 5 a 18

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

As contradições e equívocos da política educacional do governo Collor se tornam cada vez mais evidentes. O projeto dos CIACs, que se apresenta como solução salvadora, é examinado de forma competente e serena. Páginas 21 e 24

COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

Os modernos meios eletrônicos de comunicação podem se constituir em instrumentos de socialização das informações sistematizadas pelas organizações não-governamentais que apóiam os movimentos populares. Também podem ser utilizados como reforço dos monopólios de comunicação atualmente no poder. Páginas 27 e 30

ECO-92

Muita coisa terá que ser analisada depois dos grandes eventos sobre "Meio ambiente e desenvolvimento". Veja apenas um aperitivo inicial sobre o que se esperava das conferências. Brevemente, farto material de avaliação e reflexão será publicado. Página 33

500 ANOS

O movimento ecumênico marca posição sobre o significado dos 500 anos da chegada dos europeus ao continente latino-americano. Página 35



Fernanda Martins

CARTAS

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Maio / junho de 1992
Ano 14 - nº 263

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR

Jether Pereira Ramalho
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES
Rafael Soares de Oliveira
Maria Cecília Iório
Beatriz Araújo Martins

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Beatriz Araújo Martins

EDITORA DE ARTE
Anita Slade

REVISOR E DIGITADOR
Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA
Ilustração de Guido Razzi
PRODUÇÃO GRÁFICA
Supernova

FOTOLITO DA CAPA
Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não
traduzem necessariamente a
opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 5.000,00

Assinatura anual
Cr\$ 25.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 40.000,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

É com alegria que estou fazendo a assinatura da TEMPO E PRESENÇA, unindo-me a todo o grupo de pessoas que luta por uma sociedade melhor, mais igualitária. Conheci melhor o trabalho que é feito por intermédio de um colega que estuda no mesmo Instituto. E muito me chamou a atenção a publicação nº 262, sobre "Juventude". Vocês estão de parabéns, ou melhor, todos nós, os grandes favorecidos por este trabalho. Sendo assim, muito me ajudaria e alegaria se pudesse receber tal exemplar, pois vai me ajudar, em muito, na atividade pastoral com os jovens.

Sérgio Augusto Rodrigues
Londrina/PR

Queremos cumprimentá-los pelo ótimo trabalho que vêm realizando através da publicação da TEMPO E PRESENÇA. Esta revista muito tem contribuído para nossa caminhada eclesial, pedagógica e política. Destacamos a oportunidade do tema "Juventude" abordado na última edição, ótimas contribuições em todos os artigos.

Luis de Souza Cardoso
Instituto União de Uruguaiana da Igreja Metodista-Uruguaiana/RS

É com grande alegria que comunicamos o recebimento da TEMPO E PRESENÇA. Parabéns pelo nível e qualidade que a revista nos oferece. São de fundamental importância os temas abordados, nos ajuda no estudo e na reflexão junto às lideranças, animadores de comunidades. Queremos felicitar

pela matéria desse número (Juventude) e o anterior (Meio Ambiente). Fizemos uma boa discussão com os jovens em preparação ao 5º Congresso de Jovens Trabalhadores. Muita força sendo o tempo e presença no conjunto dos movimentos sociais e populares.

Nires Maria Celso
Passo Fundo/RS

Em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Sas. pela edição da revista TEMPO E PRESENÇA, aliás já é uma presença que caminha lado a lado com a comunidade. Buscando sempre uma finalidade que é exatamente uma linha de fazer oposição a tudo, isto é, a linha da revista é informar, despertar o povo para uma política mais aprimorada. As questões enfocadas têm uma abordagem dinâmica e séria, própria daqueles que gostam de fazer um jornalismo comprometido com a verdade. Para mim, TEMPO E PRESENÇA é uma das revistas que é muito valorizada como subsídio de atualização, principalmente na política. Acredito que o trabalho de vocês jornalistas é desafiador, mas sigam em frente na luta e despertando na juventude de ontem um "tempo e presença". Parabéns.

Roberto Santos (radialista)
João Pessoa/PB

A Associação de Usuários e Amigos do Parque Ibirapuera agradece a remessa de TEMPO E PRESENÇA nº 261 e congratula toda a equipe responsável pelo editorial.

Foi por nós muito bem aceita, com reportagens interessantes e atualizadas. Por ora será guardada em nosso acervo e em breve fará parte de nossa biblioteca. Gostamos tanto que solicitamos envio contínuo desta e de outras publicações.

Severino José da Silva
(diretor presidente) São Paulo/SP

Recebi sua revista TEMPO E PRESENÇA nº 261 e os outros números anteriores. Aproveito a oportunidade para felicitá-los pelo excelente trabalho refletido nos artigos das revistas.

Bispo Rolando Villena
Secretário para a Região Andina
do CLAI – La Paz/Bolívia

Venho por meio desta parabenizarlos pelo brilhante trabalho que o CEDI vem realizando no campo da documentação e informação. Eu tive a oportunidade de conhecer a revista TEMPO E PRESENÇA e o Boletim Aconteceu. Penso que para nós, redentoristas, que estamos trabalhando nas matas do Pará, temos que lançar mão de artigos que nos ajudem a estar em dia com os acontecimentos, de maneira mais objetiva.

Pe. Geraldo Teixeira Borges
Xinguara/PA

TEMPO E PRESENÇA continua sendo uma revista obrigatória para quem trabalha com o pobre, o operário, o negro, o índio, a mulher e o menor abandonado, etc.

Manoel José de Godoy
João Pessoa/PB

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual Cr\$ 25.000,00
Assinatura de apoio Cr\$ 40.000,00
Exterior US\$ 50,00
Número avulso Cr\$ 5.000,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 – CEP 22211
Rio de Janeiro – RJ
Av. Higienópolis, 983 – CEP 01238
São Paulo – SP



ÉTICA E VIDA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Regis de Moraes

Súbito encontro, em um ensaio de Max Scheler, a afirmação de que o homem contemporâneo tem sido um desertor da vida. Assusto-me com o que leio. E o pensamento ali expresso é completado ao ser dito que o homem contemporâneo tem sido um desertor da vida pela facilidade com que tem aceito e assumido “substitutos do viver”. Começo, então, a pensar em coisas do nosso cotidiano, como por exemplo: com que facilidade temos deixado o convívio com a natureza ser substituído por suas contrafações (fotográficas, televisivas ou de drogas químicas que imitam sabores naturais); como a mentalidade burocratizada vem trocando a afetividade, que é emoção genuína, pela gentileza, que é uma teatralização social; assim como transformamos em coisa normalíssima a honorabilidade substituída por documentos de cartórios.

Ao que parece, a última e mais grave capitulação tem sido o fato de deixarmos a fecunda produção de bens sociais ser substituída por uma especulação predadora — fato que põe abaixo qualquer idealismo da juventude. Ah, os substitutos do viver! A deserção de que fala Scheler.

Reequilíbrio vital. Já ficou aborrecido falar-se em crise do século XX. Importa, porém, lembrarmos de que a crise deste século teve (ou ainda tem?) uma proscrita: a ética. O presente século correu como louco atrás de eficiência, lucro, produtividade, no mais das vezes confundindo o grandioso com o simplesmente gran-

Repor a ética como referência à capacidade humana de ordenar as relações a favor de uma vida digna é desafio da atualidade. Para tanto é preciso redimensionar valores vitais humildemente perante o Absoluto



de. Boa parte de nosso tempo foi perdida tentando escamotear a necessidade de se questionarem em profundidade nossos valores. Por termos exilado a ética das discussões sobre o viver, temos pago preço elevadíssimo, assistindo à hipertrofia de valores materiais (que se transformam em antivalores), bem como à atrofia de valores espirituais, com desequilíbrio vital grave. Valores espirituais não têm aqui necessariamente sentido religioso, mas certamente focalizam a questão da qualidade de vida enquanto tal. E o que é pior: quando nosso mundo se voltou para os filósofos à procura de auxílio, muitas vezes encontrou-os dizendo coisas esotéricas, em clima de assepsia aca-

dêmica. Nada das discussões públicas de Sócrates. Tudo muito longe de Agnes Heller, socióloga e pensadora húngara, que afirma ser a filosofia uma não-cotidianidade (por consistir em elaboração sistematizante) que só se legitima se aceita seguir alimentando-se do cotidianamente vivido.

Ethos (com a letra *eta*) significa a “morada do homem”, o seu abrigo. E daí se deriva um uso metafórico que dá ao vocabulário o sentido de *costumes*, vistos estes como morada racional da vida humana. É fundamental não confundirmos *ethos* (costume racionalmente discutido) com *hexis*, que é puro hábito automatizado. Entendamos, então, a ética como a discussão racional do *ethos*, que ultrapassa o nível prático-moral (individualizante) em direção ao nível teórico-ético (socializante e universalizante). Ora, os temas fundamentais da ética são os da liberdade da vontade e da responsabilidade. Isto porque, enquanto houver uma possibilidade de escolha, enquanto restar uma única alternativa, não podemos falar em determinismo — que é ausência absoluta de liberdade; falaremos em condicionamento, isto sim. É óbvio que somos pesadamente

POR QUE A ÉTICA NESTE PAÍS FOI JOGADA PARA ESCANTEIO?

Os historiadores dirão que a combinação de índios, negros e portugueses só podia dar isso. Os filósofos atribuirão ao sucesso, entre nós, da escola cínica fundada por Antístenes, discípulo de Sócrates. Os cientistas políticos acusarão o golpe de 64 e os liberais apontarão para as fraquezas da condição humana. Qualquer pedestre ou transeunte, porém, poderá afirmar que não há código de ética capaz de resistir à brutal desigualdade social e econômica deste país.

Os pobres se desembaraçam da ética ou porque tendem a reproduzir a ideologia dominante (e ela não tem

sido pródigo em exemplos de integridade social) ou por concluírem que honestidade não enche barriga. A classe média abandona a ética em troca de sonho de enriquecimento, lícito de preferência, ilícito se não houver outro jeito. Os ricos desprezam a ética porque tudo é muito fácil para eles. É preciso que nossos parlamentares e juízes de tribunais se apercebam que, num país em que o salário mínimo não chega a 100 dólares, seus ganhos são poucos éticos.

Fonte: Baseado no artigo de Carlos Eduardo Novaes, publicado no Jornal do Brasil em 15/5/92.

condicionados por valores da sociocultura. No entanto, embora condicionados (mas não determinados), seguimos "responsáveis" pela qualidade da vida humana, individual e coletivamente. Já dizia Kant que o conceito mais originário da ética é o de "respeito", desde que não se carregue esta última palavra com sentidos piegados.

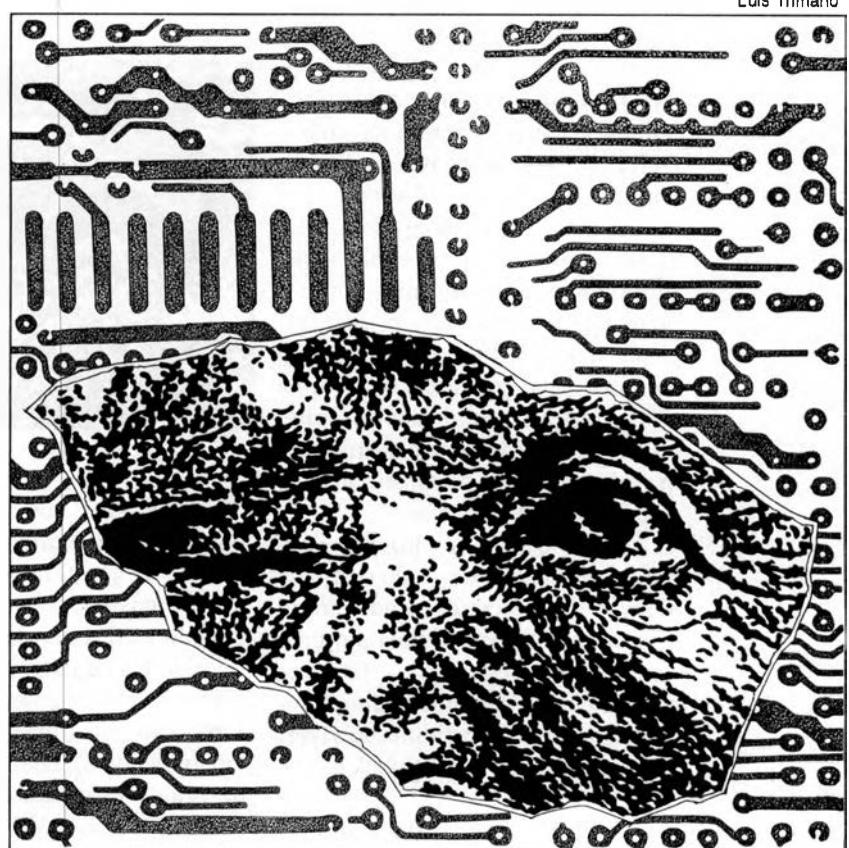
Importa lembrarmos de que a crise deste século teve (ou ainda tem?) uma proscrita: a ética

"Remanescentes" pela dignidade. O século XX tem contado, de qualquer forma, com uma espécie de "resto teológico": os "remanescentes" que nunca abriram mão da dignidade e da qualidade do viver. Apesar de ter sido um tempo de grandes conturbações, não encontramos só negatividades em nosso século. Afinal a década de 1960 deu à luz a Ecologia, inicialmente interessada em investigações e denúncias relativas ao ecossistema — uma Ecologia Ambiental. Já na década de 1970, mais para o seu fim, chegou-se à

Ecologia Social, interessada nos traumatismos e poluições do relacionamento institucional e pessoal. Registrava-se aí um avanço. Mas avanço maior surge no final da década de 1980 e início da presente, quando se principia a tratar da Eco-

logia Mental. Graças ao mau uso da mídia, dos videocassetes, da propaganda abusiva, bem como à invasão no meio humano de valores do industrialismo (como o conceito de "produto descartável" que invadiu as relações interpessoais), temos cada vez mais urgência de estações de tratamento do lixo mental. Vejo nisso sérios avanços na direção de uma sociedade mais consciente de si.

No Brasil, o século XX aprofundou as compreensões político-econômicas, expondo as primícias dos "remanescentes" a corajosas e, às vezes, sangrentas lutas sociais. Sabe-se hoje, mais do que ontem, que entre os viventes o domínio ma-



Luís Trímano

do — ainda que a trancos e barrancos — para a possibilidade de um fecundo redimensionamento da vida individual e social.

Esforço possível. Neste final de século e de milênio é necessário que os mais diversos agentes sociais (família, igreja, comunidade, escola, partidos e agremiações) se conscientizem de que é preciso e urgente repensarmos os caminhos de uma civilização mal sucedida e desditosa. Necessária uma reavaliação dos valores de nossa época, um julgamento individual e coletivo dos caminhos que desejamos trilhar, enfim, um redimensionamento racional dos nos-

O século XX tem contado com um “resto teológico”: os “remanescentes” que nunca abriram mão da dignidade e da qualidade do viver

sos costumes e práticas (da “nossa morada”). Os desanimados dirão: “Mas de que vale o pensar de uma minoria? Que força isso pode ter?”. E então será o caso de pedir-lhes que revejam coisas espetaculares da história, como o advento da ciência experimental (século XVI) e as grandes guerras do nosso século, fazendo-se a simples pergunta: idéias de minorias têm ou não força? É o pouquinho de fermento que leveda o alqueire, não o contrário. Isso, porém, não impede que desejemos um número cada vez maior de setores sociais conscientes das reais necessidades do nosso mundo.

Diderot dizia que todo século tem um sentimento dominante e que, no seu tempo (século XVIII), dominava o sentimento de liberdade. Nós podemos dizer que o sentimento dominante deste nosso fim de século é o de “insignificância”. Que podemos

contra as arbitrariedades políticas e econômicas? Que podemos contra uma mídia corrompida e corruptora? Violência, corrupção, brutalidade contra os “condenados da Terra” é o que vemos nas cores fortes dos noticiários ou nas páginas “dirigidas” da história eventual (ou oficial). Mas, como diria Miguel de Unamuno, nunca foi escrita a história dos homens sem história, desses milhões de anônimos que não fazem notícia, não escrevem artigos, não publicam livros, mas são decentes, laboriosos e bons, constituindo-se, em seu silêncio de madrugadas em paradas de ônibus e apertos em trens de subúrbio, na sustentação mais efetiva de um povo. Ora, as idéias generosas da minoria dos “remanescentes” devem cair sobre essa multidão de anônimos dignos como o orvalho que desseca, de modo que enormes mutações podem estar acontecendo na vida social sem que delas nos demos conta clara.

Milênio do espírito. Trazida de volta do desterro, a ética (e só ela) pode dar condições de reordenação material e econômica, de reorganização das relações interpessoais, de proteção da dignidade do viver. Afinal, a política e a cidadania derivam da ética, como discussão racional da “mora humana”.

André Malraux disse certa vez que, em sua opinião, o terceiro milênio seria o milênio do espírito. Não

ÉTICA

“Ética (gr. ethike, de ethikós: que diz respeito aos costumes) (...) Diferentemente da moral, a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme à sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre o meio de alcançá-las”.

Dicionário de Filosofia, Marcondes, D. & Japiassú, H., RJ, Zahar, 1990.

“(...) A formação do ponto de vista moral vai de mãos dadas com uma diferenciação no interior da esfera prática — as questões morais que podem, em princípio, ser decididas racionalmente do ponto de vista da possibilidade da universalização dos interesses ou da justiça são distinguidas agora das questões valorativas, que se apresentam sob o mais geral dos aspectos com questões do bem viver (ou da auto-realização) e que só são acessíveis a um debate racional no interior do horizonte não-problemático de uma forma de vida historicamente concreta ou de uma conduta de vida individual. (...) As morais universalistas dependem de formas de vida que sejam, de sua parte, a tal ponto “racionalizadas”, que possibilitem a aplicação inteligente de discernimentos morais universais e propiciem motivações para a transformação dos discernimentos em agir moral”.

Consciência Moral e Agir Comunicativo, Habermas, Jürgen, RJ, Tempo Brasileiro, 1989, p.131.

“Viver o amor parece incluir tudo mais. Um verdadeiro amor torna correta a verdade moral de sua própria atividade. Por isso dizia Agostinho: ama e faça o que queiras. (...) O que amo, quero que seja. E o que verdadeiramente é, não posso identificá-lo sem amá-lo.”
La Filosofia, Jaspers, K., México, F. C. E., 1953, p.52.

podemos imaginar que uma inteligência e uma sensibilidade como as de Malraux estivessem a dizer-nos que o milênio vindouro seria de fantasmas e fumacinhos imponderáveis. Milênio do espírito deve ser aquele que se volta para a dignidade do viver em plenitude, para o mais profundo respeito com esse espetacular experimento cósmico que é a vida. E — isto penso eu — estarão prontos para redimensionar os valores vitais os que, com uma antiga e esquecida humildade, queiram redimensioná-los perante o Absoluto.

Regis de Moraes é doutor em Filosofia e História da Educação, e professor livre docente da Unicamp, Campinas.

ÉTICA E POLÍTICA

Herbert de Souza

Vivemos, na política brasileira, a contradição entre a permanente implantação de uma ética própria da classe dominante, com outra baseada nos princípios de liberdade, diversidade e solidariedade, definida pela esmagadora maioria da população brasileira

Cada política tem sua ética. Cada ética produz sua própria política. No caso brasileiro foi sendo criada a idéia de que a política se separou definitivamente da ética, como se isso fosse possível.

Aqui política é corrupção. Político é corrupto. No poder todos se vendem por diferentes preços. Chegam puros, no poder se corrompem inevitavelmente. De tanto acontecer até parece que virou verdade.

Nossa história estaria comprovando essa tese. Getúlio entrou puro, saiu no mar de lama. Entrou Oswaldo Aranha, saiu Gregorio Fortunato. Juscelino entrou desenvolvimento, saiu Brasília acusado de corrupção por Jânio, que ameaçou denunciá-lo no discurso de posse e processá-lo em seguida e nunca o fez. Jânio se elegeu em luta contra a corrupção, com uma vassoura na mão e o autoritarismo na cabeça. Fez da renúncia uma farsa, da verdade uma mentira e da luta contra a corrupção apenas um



pretexto. Morreu rico sem nunca ter tido nada.

Depois de Jango, que nunca foi processado por corrupção, veio a ditadura para combater a corrupção, a inflação e o comunismo.

A ditadura produziu a impunidade autoritária que é mãe de todas as corrupções, conviveu tranqüilamente com a inflação que oscilava segundo o humor dos "Delfins" da vida e nunca encontrou o comunismo para combater, dado que, na verdade, no Brasil, não existia. A ditadura corrompeu de tal forma tudo e tanta gente que até hoje estamos colhendo os resultados.

Fim da ditadura veio Tancredo que, honesto, morreu antes de tomar posse. No seu lugar o vice, Sarney, abriu os braços para todos os amigos, cupinchas e afilhados. De São Francisco, o mais puro dos santos, fez um corrupto, ao decretar que é dando

que se recebe, é corrompendo que se continua no poder quando o poder é corrupto.

Sarney, na mais mal chamada e falada Nova República, conseguiu ser um dos mais perversos e corruptos políticos do País. Só não conseguiu acabar com o Brasil porque a democratização gerada de baixo para cima era mais poderosa do que toda destruição que viesse do Planalto.

A era Sarney provou que o Brasil é maior que o buraco e que um dia ainda chegaremos lá, na democracia. Entregou ao sistema financeiro internacional tudo o que podia, mais de 56 bilhões de dólares em pagamento de juros e amortizações da dívida externa. Assassinou os serviços públicos, saúde e educação e no final abriu as comportas do desgoverno para produzir o caos originado pela hiperinflação. Não saiu do poder para a prisão porque no Brasil a Jus-

tiça tarda e na maioria das vezes não funciona.

A era Sarney foi tão perversa que conseguiu alimentar um Collor que, elegendo-se como anti-Sarney, conseguiu em menos de dois anos ser pior que ele em tudo, até mesmo e talvez principalmente em corrupção, a tal ponto que Sarney já consegue ser aplaudido por alguns nos enterros que gosta de freqüentar.

Eleito como caçador de marajás, para combater a corrupção e introduzir o Brasil na modernidade, Collor conseguiu montar um ministério de corruptos incompetentes, promover a maior onda moderna de corrupção num único governo, desmoralizar todas as promessas eleitorais (tal como Jânio no passado) e transformar em farsa a idéia de que nosso destino era o Primeiro Mundo. Collor conseguiu aprofundar ainda mais o estado do ridículo que Sarney não havia conseguido estabelecer.

E é nesse quadro histórico que estamos hoje em condições de dizer que cada política tem sua ética e cada ética produz sua política. Na verdade, nossa história foi até agora aquela em que a classe dominante implantou na política sua própria ética: privatizar o público, enriquecer-se no exercício do poder, privilegiar as elites em detrimento dos direitos da maioria, aplicar a lei contra a oposição e esquecer quando se trata de amigos, parentes e correligionários e, principalmente, usar o dinheiro público para beneficiar os grandes proprietários da terra, do capital e do poder. Essa ética dominante só pode produzir a corrupção na política e políticos corruptos fazendo política.

Mas não é disso somente que vive a política brasileira. Da resistência democrática dos movimentos sociais, da militância dos direitos humanos, do sofrimento dos trabalhadores, da inspiração ética das igrejas e partidos que não se curvaram à sedução da ordem dominante, vai-se desenvolvendo uma outra ética alimentando uma outra política assen-

A ditadura produziu a impunidade autoritária que é mãe de todas as corrupções

tada nos princípios da liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade.

Nessa política o privado se subordina ao público, o interesse comum da maioria se afirma, respeitada a minoria; a lei existe para produzir a igualdade entre todos e respeitar a diversidade e a liberdade como condições do exercício da cidadania.

Nessa política a ética vem antes da política e não fica ao sabor dos ventos e conveniências das pesquisas de opinião e das manipulações tão visíveis da mídia.

Foi essa política que derrotou a ditadura militar, desmoralizou Sarney, elaborou o que há de melhor na Constituição, estabeleceu as eleições diretas em todos os níveis e submeteu o governo Collor ao maior e mais rápido desgaste da história brasileira, o desgaste ético, que demoliu uma credibilidade feita de imagens e desprovida de realidade.

Fica, então, o fato de que no Brasil, na verdade, duas visões, duas éticas, duas políticas disputam a consciência da sociedade. Uma corrompe o público, colocando-o a serviço dos interesses da minoria. Outra restabelece o sentido do público como a busca do bem de todos e subordina os interesses de alguns aos direitos da maioria. Uma fundada no individualismo, na competição, no pragmatismo, na indiferença, no cinismo e no culto da violência, cujo deus é o Mercado que, quando falha, pede socorro ao Estado, quando sua liberdade é ameaçada pede socorro à ditadura. Outra fundada nos princípios éticos que norteiam a construção de uma sociedade igualitária, participativa, livre, diversa e solidária. Quem adota a primeira, se corrompe e corrompe a política. Quem adota a segunda, edifica.

Política e ética andam sempre juntas. A questão sempre é de se saber para onde e para o bem de quem.

Herbert de Souza é sociólogo e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

RETRATO DE UMA NAÇÃO

Uma pesquisa realizada pelo Ibope em 1989 com 500 cariocas revelou que 47% dos entrevistados acreditavam no aumento da corrupção no governo Collor. Para 63% das pessoas ouvidas, os políticos são os mais corruptos. O trabalho também demonstrou que 64% entendem o famoso jeitinho brasileiro como uma das modalidades de comportamento desonesto.

Fonte: *Isto É* nº1181, 20/5/92

CORRUPÇÃO NO GOVERNO



DESAFIOS ÉTICOS NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Julio de Santa Ana

Os observadores da situação internacional concordam em afirmar que o conjunto dos povos do planeta está experimentando uma crise em nível sistêmico. O problema não afeta somente povos da periferia, já que os indicadores econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos permitem afirmar que predomina atualmente um clima generalizado de instabilidade, que pode ser comparado a um caldo de cultivo para o desenvolvimento de graves tensões. Elas, indubitavelmente, refletem-se no campo das relações internacionais.

Relações econômicas. Há três áreas que nos interessam destacar. Em primeiro lugar, a que corresponde às relações econômicas que, para torná-la mais clara, diremos que é a dos intercâmbios entre o Norte e o Sul. A parte do primeiro cresceu aceleradamente no decorrer das últimas décadas, enquanto que a do segundo diminuiu a olhos vistos. Por exemplo, a participação dos países do Sul no comércio internacional mundial foi significativamente menor no início da década de 1990 do que no final da década de 1970. Por outro lado, o volume de intercâmbio que existe entre os grandes centros do Norte cresceu muito e mantém essa tendência. É incontestável que um processo deste tipo contribui para o crescimento econômico do Norte, com a afirmação do bem-estar de seus povos, enquanto no Sul cresce o número de pobres. Ainda que seja verdade que alguns países asiáticos dão sinais de

A nova configuração que está se formando no mundo caracteriza-se sobretudo por tendências exclusivistas, apesar das aparentes propostas integracionistas. Cada vez fica mais evidente a necessidade de se introduzirem novas orientações no campo das relações internacionais

cipação num sistema econômico mundial, deve-se reconhecer que o mesmo se caracteriza por grandes disparidades e claras exclusões.

Questões geopolíticas. Em segundo lugar, tudo o que tem a ver com as questões geopolíticas nas relações internacionais desempenha um papel preponderante. E, nestas, o elemento mais importante é o militar. É inquestionável a superioridade dos Estados Unidos. Ficou amplamente demonstrada por ocasião da guerra do Golfo (início de 1991). A partir

Gianne Carvalho / Imagens da Terra



Rio de Janeiro – contraste entre a opulência e a miséria

certo crescimento, também deve-se afirmar que o mesmo não chega a ser compartilhado em termos equânimes pela maioria da população. Num momento em que se enfatiza a parti-

dela, se ainda restava alguma dúvida, já não se pode discutir a hegemonia norte-americana. É fato que na atualidade esse país constitui um império militar. No momento em que

começa a perder a condução da vida econômica mundial — à qual aspiram tanto os interesses japoneses como os da Europa Ocidental —, afirma-se indiscutivelmente como potência bélica. E, ademais, demonstrando uma evidente intolerância frente a possíveis avanços de novos poderes militares. Um recente documento interno do Departamento de Estado do governo norte-americano a ressalta sem ambigüidades: essa potência não deve permitir que sequer insinue-se a formação de eventuais novos poderes militares que poderiam chegar algum dia a competir com os Estados Unidos.

A hegemonia norte-americana afirma-se como o império da violência. É uma expressão de descontrole que manifestou sem dissimulação no interior do próprio país, como o demonstraram muito bem os distúrbios raciais que ocorreram em Los Angeles no início do mês de maio, estendendo-se logo a outras áreas da América do Norte. Isso é inevitável quando uma sociedade passa por um projeto de militarização: a violência chega a ser *ultima ratio*. Isso significa, então, que existem os que a administram (são os algozes), enquanto outros a sofrem (é o caso das vítimas). Agora que se começa a conhecer o balanço das vidas que custou a guerra do Golfo Pérsico, pode-se aquilatar a enorme diferença dos mortos de um e outro lado. Portanto, no campo geopolítico, assim como no econômico, predominam a iniquidade, a disparidade, a discriminação.

Dominação cultural. Isso aparece também no campo cultural, em terceiro lugar. A cultura ocidental moderna se afirma como dominante, enquanto às outras, diante daquela, não cabe outra possibilidade senão a de inclinar-se. A evidência mais palpável oferecem este ano os acontecimentos em torno do quinto centenário da chegada dos conquistadores ibéricos às terras americanas. Para a grande maioria dos

ocidentais é motivo de celebração. Trata-se de um fausto aniversário, que tem coincidentemente vez quando a Europa Ocidental conquista sua unidade, superando uma vasta história de guerras e conflitos. Infelizmente não se ouve a voz das vítimas. Lamentavelmente esquece-se que a conquista da América significou genocídio, pilhagem, crueldade. Foi como uma prolongação da invasão dos bárbaros. A partir dessa conquista, os povos europeus — que até então tinham experimentado pobreza e agruras —

A participação dos países do Sul no comércio internacional mundial foi significativamente menor no início da década de 1990 do que no final da década de 1970

começaram a cimentar as bases de sua opulência, obtida com sangue, construída com vidas de indígenas americanos e negros arrancados à força de seu solo natal, para trabalharem como escravos nessas terras. Essa agressividade cultural não é apenas coisa do passado, perdura em nosso tempo em função da desconsideração que os ocidentais manifestaram com as culturas que chegaram a dominar. A cultura ocidental caracteriza-se por seu exclusivismo, pela desqualificação violenta que submete outras culturas.

Uma ética do ressentimento. A breve análise que acabamos de esboçar permite-nos afirmar, em primeiro lugar, que esse processo que conduziu as relações internacionais até o ponto em que nos encontramos atualmente está sobretudo caracterizado por tendências exclusivistas. Desse modo, a

CLASSIFICAÇÃO DE 52 PAÍSES POR RENDA

Menor renda		Maior renda	
Etiópia	300	Venezuela	5600
Zaire	400	Uruguai	5800
Burundi	500	Portugal	6000
Tanzânia	600	Irlanda	7000
Guiné Bissau	700	Tcheco-Eslováquia	7400
Índia	900	Espanha	8200
Haiti	1000	Chipre	8400
Bolívia	1500	Israel	10900
Honduras	1500	Áustria	12300
El Salvador	1900	Holanda	12700
República Dominicana	2400	Itália	13000
Guatemala	2400	Bélgica	13000
Cuba	2500	Reino Unido	13100
China	2500	Alemanha	13400
Paraguai	2600	França	13600
Jamaica	2600	Dinamarca	13600
Nicarágua	2700	Japão	13600
Equador	2800	Noruega	13800
Peru	3100	Finnlândia	14000
Colômbia	3800	Luxemburgo	14300
Panamá	3800	Austrália	14500
Argentina	4400	Suécia	14900
Brasil	4600	Islândia	16800
Chile	4700	Suíça	17200
Bulgária	5100	Canadá	17700
México	5300	Estados Unidos	19800

Cálculo baseado no PIB real utilizando o PPP (poder de paridade de compra)

Fonte: Dados publicados em "Cuidando do Planeta Terra — uma estratégia para o futuro da vida". United Nations Development Programme, Oxford University Press, NY, outubro de 1991.

“mundialização da economia” não significa que exista um processo de integração de todas as nações do mundo, com base em alguma igualdade, mas que existe um controle mundial da divisão internacional do trabalho que está nas mãos de muito poucos. Estes são quem, de acordo com seus interesses, abrem possibilidades para que alguns povos integrem-se realmente aos benefícios do crescimento da economia mundial, enquanto outros são, de fato, excluídos. É o caso da grande maioria dos

AS NOVAS POTÊNCIAS MUNDIAIS

	Estados Unidos	Alemanha	Japão
População	250.858.000	79.112.800	123.611.541
PNB	US\$ 5,24 trilhões	US\$ 1,44 trilhões	US\$ 2,92 trilhões
Exportações	US\$ 320,4 bilhões	US\$ 410,4 bilhões (ex-Al. Oc.) US\$ 24,3 bilhões (ex-Al.Or.)	US\$ 265 bilhões
Importações	US\$ 437,1 bilhões	US\$ 351,6 bilhões (ex-Al.Oc.) US\$ 14,5 bilhões (ex-Al.Or.)	US\$ 187,35 bilhões
Renda per capita	US\$ 21.100	US\$ 20.750 (ex -Al.Oc.) US\$ 12400 (ex-Al.Or.)	US\$ 23.730
Dívida externa	US\$ 663,7 bilhões	US\$ 7 bilhões (ex-Al.Or.)	US\$ 1,53 bilhões
Efetivos de defesa	US\$ 2.117.900	US\$ 469.000	US\$ 249.000
Gastos militares	21% do orçamento	2,3% do PNB	6,5% do orçamento

Fonte: Encyclopédia Almanaque Abril 92

A “mundialização da economia” não significa um processo de integração de todas as nações do mundo, mas um controle da divisão internacional do trabalho nas mãos de muito poucos

povos da África, como também do número crescente de pobres na América Latina. O sistema econômico mundial no qual participamos não permite a “riqueza das nações”, mas simplesmente a dos ricos (que são fundamentalmente “transnacionais”).

É impossível participar no mercado sem estar animado por sentimentos de agressividade. Quem procura entrar nele observando regras do que os ingleses chamam *fair play*, é muito provável que saia perdedor. O próprio Adam Smith dizia que quando se sabe que dois ou três homens de negócios se reúnem, deve-se suspeitar de que estão realizando um com-

plô. Essa agressividade tem dado a alguns o domínio, enquanto outros têm que pagar os custos. São, como dizem hoje os economistas do sistema oficial, “os custos sociais do ajuste”. Ou, se se quiser dizer de outro modo: as relações internacionais estão caracterizadas por tendências sacrificiais.

No nosso tempo isso manifesta-se pelo crescimento dos nacionalismos e novos racismos crescentes. O espírito egoísta nacional, etnocêntrico e exclusivista sempre existiu. Infelizmente, no decorrer dos últimos quatro ou cinco anos percebe-se claramente que cresce com novo vigor. Por exemplo, as atividades humanitárias despertam resistência entre os poderosos deste mundo. Antes — quer dizer, há muito pouco tempo atrás —, dificilmente as autoridades dos países ricos podiam permitir-se ignorar as necessidades de proteção aos desvalidos, refugiados, àqueles que estavam em busca de asilo. Entretanto, na atualidade o drama dos despossuídos e desesperados da terra não comove. Pelo contrário, existe

uma tendência cada vez mais clara para permitir que se afundem mais em seu infortúnio. Trata-se de uma expressão racista, violenta. Como bem assinalou Nietzsche, sua raiz está no ressentimento.

Ali encontra-se também a raiz da matriz das tendências sacrificiais, às quais fizemos alusão anteriormente. Os sacrifícios freqüentemente têm sido impostos pelos poderosos como uma forma de administrar a violência latente que sempre existe nas relações sociais. Antes de permitirem a expansão generalizada e indiscriminada dessa violência, eles a descarregam sobre vítimas escolhidas. Quando a violência não é aplicada, então pode explodir de maneira incontrolada. Para aplicá-la, o ressentimento tem que existir. Na realidade, é o *a priori* da violência. É como uma fonte de energia destruidora que anima os que têm sede de poder, de dominação. Nesse sentido, levando-se em conta que não promove mais vida, mas a destrói, pode-se dizer que o ressentimento que caracteriza a prática do poder no campo das relações internacionais é indissociável do impulso de morte. Por isso é que torna-se tão importante e necessário colocar freios a seu desenvolvimento.

Necessidade de novas orientações éticas. O resultado do que acabamos de analisar é uma grande injustiça. Iniquidade e discriminação, servidão e opressão, aparecem inequivocavelmente nas relações entre Norte e Sul, entre o centro e a periferia, entre o império militar e os povos que querem viver com um pouco mais de liberdade, entre ricos e pobres, entre quem dispõem dos meios que oferece a cultura dominante e quem ainda ousa afirmar sua identidade cultural entre as culturas subalternas. Nesses casos, a injustiça significa relações humanas quebradas, pervertidas pelo espírito de ressentimento, pelo abuso do poder, da malícia e da intolerância.

Contudo, temos que ser conscientes de que essa situação, apesar de sua gravidade, não é fatal. No desenvolvimento da história sempre têm lugar acontecimentos que permitem abrir caminhos quando se pensava que todos os caminhos estavam fechados. Por exemplo, atualmente, um dos fatos mais carregados de significação é o fim da ordem geopolítica mundial que predominou desde fins da Segunda Guerra Mundial até 1990. Entramos em um novo período histórico. Isso deverá afetar, também, o sistema econômico mundial: a ordem de Bretton Woods, administrado pelo FMI, o Banco Mundial e o GATT, já começa a mostrar fissuras. Ao mesmo tempo que o FMI insiste em impor programas de ajuste econômico estrutural a países com dificuldades econômicas, que encontram cada vez mais resistência por parte das populações que pagam os custos sociais desses programas, constata-se que o GATT já não consegue tornar aceitáveis as proposições do "Uruguay Round". Ou seja, no mesmo momento em que parece impor-se definitivamente, o sistema começa a dar sinais de incoerência e esgotamento.

Isso nos leva a dizer que há necessidade de se introduzirem novas orientações no campo das relações in-

É necessário reorientar um sistema que se caracteriza por exclusivismo, violência, agressividade e ressentimento, que conduzem a práticas sacrificiais

ternacionais. Evidentemente, as convicções profundas que se orientam para a afirmação do que é bom acima do que é mau têm que ser traduzidas mediante reformas ou, ainda, pela criação de novas instituições internacionais. Por exemplo, não é possível manter o espírito exclusivista que predomina na Organização das Nações Unidas (ONU). Nela, o poder de veto dos "cinco grandes" no Conselho de Segurança traduz o exclusivismo. Este aparece também no poder de veto que têm os Estados Unidos no FMI e no Banco Mundial. Agora que a força dos próprios processos históricos nos conduz à transformação sistêmica, é imperativo dar uma nova orientação às instituições que contribuem com a administração do sistema.

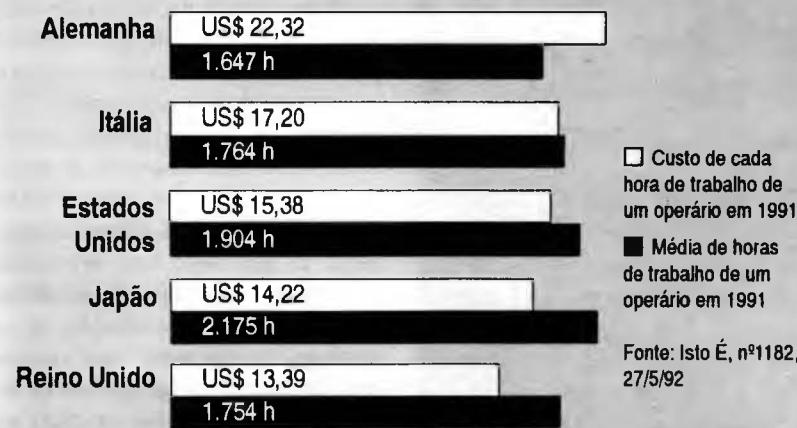
Do mesmo modo, não é apropriado nem bom que as instituições da ordem econômica, tais como o FMI e o Banco Mundial, operem com tan-

to poder, sem, praticamente, prestar contas a ninguém de suas atividades. É preciso que as mesmas atuem com maior transparéncia. Os casos contenciosos entre essas instituições e algumas nações têm que ser dirimidos em uma instância jurídica internacional superior, que bem poderia ser a Corte Internacional de Justiça de Haia, na medida em que lhe conferirem novos poderes.

Em resumo, há necessidade de maior justiça e liberdade no campo das relações internacionais. A justiça é necessária para restaurar relações humanas quebradas e pervertidas. Esse imperativo é evidente tanto no plano formal como também no material, concernente à qualidade das relações entre os povos. Trata-se, fundamentalmente, de que exista maior igualdade. Para isso é necessário reorientar um sistema que se caracteriza pelo exclusivismo, pela violência, pela agressividade e o ressentimento, que conduzem a práticas sacrificiais.

A liberdade é a vocação dos seres humanos. Ela é pervertida quando se entende que as coisas é que devem ser livres, as instituições, os organismos que nós, seres humanos, criamos. É, por exemplo, o que ocorre quando se fala da "liberdade de empresa", frente à qual tem que inclinar-se a liberdade dos seres humanos. Nas relações internacionais devem-se introduzir tendências que permitam afirmar a liberdade nas práticas humanas, na vida dos povos. Fazer com que a liberdade derive das criações humanas (instituições, empresas, etc) é aliená-la.

TRABALHA MAIS QUEM GANHA MENOS



Julio de Santa Ana é teólogo metodista, secretário executivo do CESEP, professor no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Paulo. É autor de diversos livros, entre os quais "O amor e as paixões: crítica teológica à Economia Política".

IGREJA E ÉTICA

Jaci Maraschin

As igrejas, muitas vezes, têm a pretensão de dizer aos cristãos e ao mundo como devem se comportar na totalidade de suas vidas. Quase sempre, a ética das igrejas permanece amarrada ao legalismo que Jesus tanto combateu

A grande diferença entre a ética de Jesus e a das comunidades religiosas de sua época situava-se entre a lei e o amor. A expressão “eu, porém, vos digo” colocava sob julgamento as pretensões dominadoras do código sobre a vida. Contra Jesus levantavam-se as instituições. Elas têm suas razões: querem sobreviver a qualquer preço e não admitem perder o poder que exercem. Daí o gosto pela ordem e pela organização. Não

gostam de elementos explosivos capazes de subverterem seu cotidiano jurídico. As instituições alimentam-se dos regimentos internos, dos estatutos e dos cânones. Logo se vê que vidas assim alimentadas tornam-se apáticas e doentias. Nos casos extremos, para garantir a vida tumular, criam organismos de defesa que vão desde o tribunal do Santo Ofício até as comissões de defesa da fé e da doutrina. No campo secular, fortale-

J.R.Ripper / Imagens da Terra



cem os exércitos e as tropas policiais.

Assim, a ética representa a obediência à lei estabelecida. Pretende ser lógica e natural. Vale-se de filosofias que sempre estiveram a serviço dos governos e dos poderosos. As igrejas, sempre atreladas ao jogo desse poder, seguem a mesma trilha. Estabelecem leis que dizem ser morais e resguardadoras dos costumes e dos comportamentos. São leis que não têm nada a ver com o amor do Evangelho vivido e pregado por Jesus.

Posição pretensiosa. A recente comissão internacional de diálogo entre anglicanos e católicos romanos recomeçou os trabalhos ano passado em torno do que seus líderes apelidaram de “questões morais”. Essas questões são as seguintes: aborto, divórcio, anticoncepcionais e homossexualismo. Há entre os dois grupos religiosos enormes diferenças, e não estou aqui para dizer qual dos grupos “escolheu a melhor parte”. Entretanto, o simples fato da discussão desses temas pelas igrejas não tem nada de ameaçador. O que ameaça não é o debate, mas a pretensão de dizer “aos cristãos e ao mundo” como é que cada pessoa deve se comportar na sua vida de todos os dias.

Tomemos como exemplo a questão dos anticoncepcionais. As práticas do corpo humano sempre foram dirigidas pelo próprio corpo humano capaz de perceber suas necessidades, deveres e prazeres. O uso de anticoncepcionais assemelha-se ao emprego de adoçantes, uma vez que impedem o desencadeamento de resultados indesejáveis na dieta do corpo. Há, certamente, certas perdas

no jogo do prazer, num caso e no outro. Trata-se de um ato consentido, no qual a perda é compensada por bens maiores e possíveis. A questão de fundo, no entanto, não é essa. O horror em face do uso de anticoncepcionais vem da premissa falsa de que todo o ato sexual é, necessariamente, procriador e que é essa a finalidade do exercício. Se a afirmação é consistente com a estrutura da vida, nada melhor do que reprimir a vida sexual e sublimá-la como se fazia na Idade Média e nos contextos mais puritanos. Falta, entretanto, nos parágrafos do Direito Canônico, a consideração da plenitude da sexualidade e de sua consequente expressão. Falta, na verdade, o sentido do amor. Asexualidade não pode prescindir do mecanismo da genitalidade, muito embora possa, a rigor, prescindir da intenção procriadora.

Se o código canônico quisesse ser coerente deveria impor sobre os seguidores da religião não certas proibições e limites, mas a própria cas-

tração. É coerente a igreja que, nessa linha, eleva a virgindade acima das virtudes comuns e faz de seus sacerdotes e líderes heróis da negação do corpo. Mas o corpo foi feito para as carícias e para os orgasmos. De tal maneira Deus nos criou que as delícias do jardim do Cântico dos Cânticos se fazem, mais do que metáforas, exemplos das alegrias do desejo e do prazer do sexo. Não vou considerar aqui a importância dos métodos anticoncepcionais na prevenção de doenças contagiosas. Trata-se de ato de responsabilidade e, portanto, também de moral.

Ética clandestina. A ética das igrejas permanece amarrada ao legalismo que Jesus tanto combateu. É por isso que muitos cristãos preferem romper com esse legalismo "imoral" e preferem seguir a ética de Jesus baseada no amor e na misericórdia. Sua ética parecerá clandestina. Na verdade, não poderá ser de outro modo. É nessa ética assim chamada clandes-

tina que se revela o verdadeiro sentido do seguimento de Jesus na vida cotidiana.

Convém aqui fazer esta importante distinção. O Didaquê dizia que os cristãos estavam espalhados no mundo mas que "não eram do mundo". Coisas que os primeiros cristãos entenderam tão bem que inseriram nos evangelhos, embora tardivamente, a expressão de Jesus de que o Reino "não era deste mundo". Acho que na questão ética, os cristãos precisam compreender algo semelhante: que estão na igreja mas que não são "da igreja". A igreja é apenas o lugar de nossa passagem. Não é nosso lar eterno. Ela é tão pecadora como qualquer fariseu. E só continua a viver por causa da misericórdia de Deus.

Jaci Maraschin, pastor anglicano, é professor do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião do IMS (São Bernardo do Campo, SP) e membro da Comissão Internacional de Diálogo entre a Igreja Anglicana e a Católica Romana.

Carlos Alberto Ribeiro / CMI

"BUSCANDO NOVO CÉU E NOVA TERRA"

Convidados pelo Conselho Mundial de Igrejas, cristãos católicos, romanos, ortodoxos, anglicanos e protestantes de 54 países reuniram-se na Baixada Fluminense, de 1º a 7 de junho, para responder, em fé e esperança, aos importantes desafios da destruição do meio ambiente. Reproduzimos alguns trechos da carta final da conferência.

Pela primeira vez na história da criação, certos sistemas de sustentação da vida do planeta estão sendo destruídos por ações humanas.

A CNUMAD está se reunindo 20 anos após a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, e nenhuma tendência importante de degradação ambiental foi revertida. Hoje toda a vida está ameaçada num grau bem mais elevado do que há 20 anos. Tememos fatos mais brutais ainda daqui a 20 anos.

Não ousamos negar nosso próprio papel como igrejas na crise que agora nos assola. Nós mesmos não falamos a palavra profética. Na verdade, nem mesmo a ouvimos quando foi dita por outros recentemente, incluindo uma série de cientistas. E muito menos demos ouvidos aos clamores dos povos indígenas, que nos disseram durante séculos que a modernidade iria sujar seu próprio ninho e devorar seus próprios filhos.



Plenário do Encontro Ecumênico sobre Igrejas e Meio Ambiente

As políticas econômicas impostas a países já empobrecidos sufocam as possibilidades de sobrevivência para multidões de pessoas. E as crianças, o que diremos às crianças e às gerações vindouras?

Tudo o que fomenta a vida, como a justiça, solidariedade e amor, e

tudo o que defende a vida, como o compromisso evangélico de colocar-se do lado dos pobres, a luta contra o racismo e o sistema de castas e o compromisso de reduzir os armamentos e a violência — tudo isso significa concretamente viver de acordo com o Espírito.

A DIMENSÃO ÉTICA DA PASTORAL O EXERCÍCIO DO DISCERNIMENTO

Maria Clara Lucchetti Bingemer

Percorrer os caminhos éticos é tarefa diária e atitude referida à espiritualidade. Coração dócil e maternidade humana e espiritual são exigências do viver na conflitividade da ação pastoral

A realidade da ação pastoral que representa o coração da vida de todos os cristãos e o cotidiano de muitos agentes que disso fazem o seu emprego de tempo majoritário não é — ao contrário do que muitas vezes se pensa — algo harmônico e previamente conciliado. Na trama desse agir encontram-se dificuldades, obstáculos, rixas, atritos, lutas de poder e um sem-número de outros entraves e conflitos que demandam constante reavaliação ética, à luz do Evangelho, a fim de não se perderem de vista os objetivos primeiros daquilo que se pretende com o trabalho pastoral, assim como sua razão mesma de ser.

O fato de trabalharmos e agirmos pelo bem do povo de Deus e o crescimento de seu Reino e nisso desejarmos empregar toda a vida e o melhor das forças e energias não significa que possamos considerar todas as nossas intenções como purificadas de malícia e concupiscência e nossas ações acontecendo livres de toda pressão de paixões e sentimentos menos nobres.

Ousadia no espírito. Mais do que ninguém, portanto, um agente de pastoral precisa constantemente rever seus critérios éticos e confrontá-los com a ética do Evangelho, procurando que haja um encontro



CEBs — compromisso com um Deus, que acontece no rosto do pobre e oprimido

sempre mais profundo entre esses dois referenciais. Em meio à trama complexa e por vezes obscura e ambígua que é a vida humana, atravessada de conflitos e crises os mais diversos, o discernimento é requerido como atitude constante.

Discernir é uma ousadia da liberdade e requer, além disso, uma liberdade ousada da *parresía* de que fala Paulo em Ef 3.12. Paradoxalmente, no entanto, essa ousadia maior é não a de fazer as coisas por si só, mas a de deixar-se levar pelo Espírito de Deus. Muitas vezes, diante de situações em que não se vê claro ou não se vê de modo algum, é preciso optar — ousadamente — por ser levado “onde não se quer” (cf. Jo 21.18).

Discernir é também uma atitude ética ousada porque o código diante do qual se encontra referência definitiva é a ação de Deus, um Deus de quem se recebeu o impulso primeiro do amor e de quem se espera que

continue inspirando e impulsionando, sem limites, o próprio agir. De quem se espera, além disso, que continue trabalhando em nós e na história, e intervindo segundo sua lógica, por vezes bem diferente da nossa.

A maior ousadia do discernimento em meio ao agir pastoral, no entanto, talvez seja o fato de que seu desembocar vai forçosamente terminar na cruz, em quaisquer de suas traduções históricas. Não a cruz de uma desencarnada ascética ou de uma espiritualidade verticalista, mas a que vem do compromisso com um Deus que faz acontecer sua epifania maior no rosto do pobre e do oprimido. Uma cruz, portanto, vinculada e que se vincula com a dor dos pobres e sua sorte. Discernir, portanto, é algo que introduz de modo pleno nas correntes histórias em luta e conflito e nos faz optar pela escolha primordial de Deus: a causa dos pobres e necessitados.

Por tudo isso, discernir é ser capaz da abertura primeira que leva a descobrir a força de Deus e do mal em cada um e nas diversas situações históricas. Conhecer os seus campos, onde se assentam, as táticas que utilizam e, sobretudo, reconhecer as reações pessoais diante dos bons e dos maus impulsos, das reações positivas ou negativas, dos desejos e resistências que marcam constantemente a vida do Espírito em nós e o trabalho pastoral por ela suscitada.

Confronto comunitário. Discernir é descobrir a ação do Espírito que já nos impele, mas também não dar crédito a todos os impulsos pessoais sem que passem pelo confronto comunitário. Confronto esse que confirma e ratifica o que se descobriu na interioridade, ou então que faz aparecer seu lado negativo e dissuade da opção que se pensava tomar, conviadando a uma reconsideração e talvez mudança ou reorientação da mesma.

Por isso é sempre necessário, em momentos de crise e discernimento em meio à atuação pastoral, um conhecimento bom, verdadeiro e profundo da situação na qual se pretende atuar, uma análise cuidadosa e crítica da realidade a fim de se ter a noção mais clara possível da atitude ética a ser tomada.

Espiritualidade e ética. É preciso também, e não menos, assegurar uma atitude interior de profunda retidão e pureza, um desejo de não estar movido por motivações outras que não sejam a busca da glória de Deus e a construção de seu Reino. Por isso, quase sempre o dilema ético na pastoral não se apresenta, às vezes, como uma possibilidade de escolher entre o bem e o mal, mas sim, muitas vezes, de optar pelo meio mais eficaz, o que mais vai beneficiar a causa dos pobres e o crescimento do Reino.

Para isso, é preciso que espiritualidade e ética andem de mãos dadas. A atitude fundamental do discerni-

O fato de trabalharmos e agirmos pelo bem do povo de Deus não significa que possamos considerar todas as nossas intenções como purificadas

Murilo Santos



Morte que faz brotar a vida

mento é estar com o olhar posto em Jesus Cristo, sua encarnação, vida, morte e ressurreição, e o coração sintonizado com seu ministério apostólico, marcado pela lógica pascal da morte que faz brotar a vida, do grão de trigo que morre para não ficar só e dar muitos frutos (cf. Jo 12,24ss).

A atitude ética que leva ao discernimento pressupõe, finalmente, desejar com todo ardor penetrar — ou melhor, ser introduzido, por pura misericórdia e graça — no mistério da

vontade de Deus. Nada mais alheio ao discernimento do que a segurança do próprio julgamento, as articulações e conchavos que garantem uma fatia maior e mais polpuda do poder e do reconhecimento que muitas vezes permeia a busca de cargos e prestígio na ação pastoral.

Corações dóceis. Discernimos para ser verdadeiramente, evangelicamente éticos, ou seja, para buscar e encontrar a vontade de um Deus que é mistério e cujos caminhos não são os nossos. Por isso é preciso entregar-se. Discernir supõe, portanto, cabeça clara e decidida, mas sobretudo coração dócil, compreensivo e misericordioso, disposição para o perdão e para um constante e sempre renovado recomeçar.

A atitude ética de discernir a própria atitude no agir pastoral supõe, portanto, homens e mulheres maduros, humana e espiritualmente, cujo único desejo é trabalhar com todas as forças para que venha o Reino de Deus. Mas, ao mesmo tempo, entregar-se de todo coração nas mãos daquele que é o Único Senhor e por ele deixar-se levar. Os frutos que brotarem desse agir assim inspirado e movido não serão nossos, mas neles encontraremos, evangelicamente, a maior fonte possível de alegria.

Maria Clara Lucchetti Bingemer é teóloga leiga católica, professora de teologia na PUC – Rio e co-autora do livro “Maria, mãe de Deus e mãe dos pobres”, da Editora Vozes.

SIGNOS DE RENOVAÇÃO

Por um agir ecológico / Arno Kayser

Editora Sinodal

O livro apresenta casos concretos de ações ecológicas renovadoras, que reforçam o grande movimento atual para salvar a Terra das ameaças de destruição a que está sujeita.

Arno Kayser, agrônomo, gaúcho de Novo Hamburgo, é militante na defesa do ambiente, associado a trabalhos de agricultura regenerativa e educação ambiental.



BÍBLIA E REALIDADE

A ÉTICA CRISTÃ NO NOVO TESTAMENTO

Dagoberto Ramirez

Legislar sobre ética é muito difícil. Ainda que existam princípios gerais do que devia ser o comportamento das pessoas em seu meio social, tais valores gerais possuem distinta aplicação conforme o contexto cultural no qual vivem as pessoas. O que é correto em um contexto cultural determinado pode ser incorreto em outro. A situação não muda quando se refere à ética cristã. Sobre este tema queremos discutir em particular.

A palavra “ética” vem do grego *ethos*, e aparece no Novo Testamento com o significado de “costume” ou tradição (Lc 1.9; Jo 19.40; At 6.14, 15.1, 16.21, 21.21, 25.16, 26.3, 28.17; Hb 10.25). Em todos esses casos o uso possui o sentido daquilo que se faz ou costuma-se praticar habitualmente em determinada cultura. Em nenhum momento refere-se a princípios fundamentais ou leis universais a respeito do que devia ser o comportamento das pessoas ou grupos sociais, pelo menos no sentido que se comprehende comumente hoje. Falar de ética, segundo esse uso neotestamentário, é referir-se ao que era a prática habitual dos cristãos, levando em consideração a constante referência à tradição ou costume judaicos, os quais constituíam matriz cultural e religiosa sobre a qual se forjou o cristianismo.

Portanto, cabe agora a pergunta: O que queremos dizer quando falamos de “ética cristã”? Referimo-nos às práticas habituais das comunidades cristãs do primeiro século? E, se é assim, até que ponto essas práticas são hoje aplicáveis aos diferentes contextos culturais em que vivem os cristãos do século XX?

A discussão sobre a ética cristã está muito presente no turbulento mundo de hoje. As comunidades cristãs primitivas viveram situações e contextos diversos, o que torna difícil retirar dessas experiências princípios éticos gerais

A ÉTICA E AS COMUNIDADES CRISTÃS NO PRIMEIRO SÉCULO

Por isso dissemos que é muito difícil falar de ética, e mais ainda de ética cristã. Os marcos de referência que temos na Sagrada Escritura só nos permitem estabelecer certos parâmetros, limites ou referências, mas em nenhum caso oferecem elementos para “legislar” ou estabelecer princípios jurídicos na casuística particular. Os atuais princípios morais que se nos oferecem são produto da experiência posterior e das práticas dos cristãos nos séculos seguintes.

O único princípio sobre o qual se fundamenta a ética cristã é o que Deus quer dos crentes. A ação correta, fazer o bem, só tem como referente a Deus. A pergunta fundamental da ética cristã, portanto, é: O que Deus quer de mim e de todos nós na situação em que nos encontramos?

As comunidades cristãs do primeiro século viveram diferentes situações — os documentos do Novo Testamento são evidências disso. Temos, por exemplo, a experiência das comunidades paulinas, que está recolhida, fundamentalmente, nas epístolas aos Gálatas, Romanos, I e II Coríntios. As experiências das comunidades cristãs que estão à base dos sinóticos (Marcos, Mateus, Lucas-Atos) constituem outra etapa. O evangelho de João e as epístolas joaninas são outro grupo de comunidades, em outros lugares geográficos e

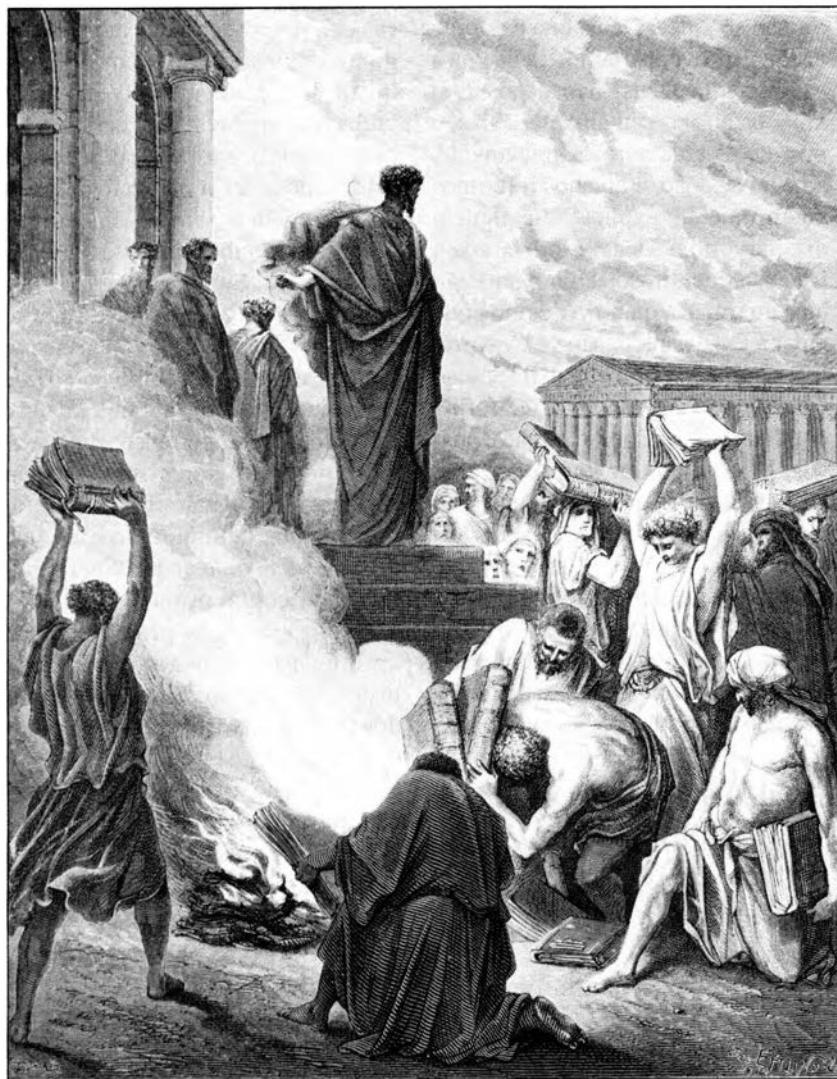
com situações e problemas diferentes das demais. Outra experiência representam as comunidades pós-apostólicas, das quais dão testemunho, por exemplo, as chamadas epístolas pastorais e as católicas e/ou universais. Em todo esse amplo espectro de situações no qual viveram as comunidades, devemos contextualizar sua ética. O modo como elas responderam oferecem princípios fundamentais da ética cristã que deveríamos recolher.

O CONTEXTO HISTÓRICO

Deve-se acrescentar a tudo isso um dado histórico e teológico muito importante. As primeiras comunidades, na etapa imediatamente posterior a Jesus, esperavam em seu tempo a vinda do Senhor. Elas tinham uma fé profunda de que o fim do mundo e da história estava tão próximo que muitos, entre os quais Paulo, acreditavam que o Senhor viria e que vários deles voltariam a vê-lo. Veja-se, por exemplo, os discursos apocalípticos em Mc 13 e I Cor 15.

Portanto, se o Senhor viria, as demandas éticas estavam estreitamente relacionadas com essa expectativa. O contexto das exigências éticas, a conduta dos cristãos tinham relação direta e única com esse acontecimento escatológico.

A situação mudou quando a espera da parusia se atenuou. Com o transcorrer do tempo, ante a crescen-



Comunidades primitivas: Paulo em Éfeso

te convicção de que o Senhor não viria tão logo, como muitos creram no princípio, as demandas éticas se modificaram. O contexto já não era a parusia iminente, e era necessário construir-se a idéia de que a permanência no mundo seria por um tempo muito mais prolongado do que a previsão de muitos. A teologia de Lucas é ilustrativa nesse caso. O evangelista vive num tempo posterior a Marcos e Mateus, e também a Paulo. No tempo dele, a crença sobre a vinda iminente do Senhor havia se atenuado. Por esse motivo, Lucas elabora seu discurso evangélico no que se conhece como a “teologia da Histó-

ria”. A espera é substituída pela irrupção da Igreja. A comunidade de fé ocupa o lugar fundamental. Diante da demora da parusia, a Igreja deve elaborar, pois, uma ética para esse mundo. Que fazer ou o que espera o Senhor dos cristãos neste mundo? Qual é seu papel, função, responsabilidade? As epístolas pastorais e universais, então, começam a refletir em seus documentos a preocupação por outros assuntos. Por exemplo, nos evangelhos Jesus faz um forte chamado a seguir com obediência radical o Reino e sua justiça, colocando-o até mesmo acima da preocupação com a família. Deve-se deixar

pai e mãe, esposa e filhos, para seguir o anúncio do Reino (cf. Mt 10.34-45). Nesse contexto, espera-se a parusia muito proximamente. Contudo, nas pastorais, em Efésios, em Timóteo, se fala dos deveres dos esposos, esposas, a família, os filhos, etc (Ef 5.21-45). Todos esses exemplos nos servem para ilustrar o fato de que a ética, o comportamento das pessoas, estão fortemente referidos aos contextos históricos e culturais.

Porém, isso não deve ser pretexto para supormos que possamos fazer aquilo que quisermos ou pudermos conforme o lugar e a época nos quais vivemos. No Novo Testamento podemos extrair alguns elementos fundamentais, apesar da diversidade de situações, enfoques e respostas pastorais a situações diversas.

O único princípio sobre o qual se fundamenta a ética cristã é o que Deus quer dos crentes

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ÉTICA CRISTÃ NO NOVO TESTAMENTO

No Novo Testamento existem princípios fundamentais e recomendações pastorais, mas não regras legais fixas. O horizonte primordial da ética cristã é o Reino de Deus, e a máxima fundamental no Reino é o amor a Deus, ao próximo e a si mesmo. Vejamos alguns exemplos que nos servem de base para reforçar o que dizemos.

Dissemos que a ética cristã no Novo Testamento começa com as demandas de Deus aos crentes, das quais a principal nos é oferecida por Jesus, o Messias. Diz assim Marcos:

“Um professor da Lei que estava ali ouviu a discussão. Viu que Jesus tinha dado uma boa resposta, e por isso perguntou:

— Qual é o mais importante de todos os mandamentos?

AS COMUNIDADES CRISTÃS DO NOVO TESTAMENTO

O cristianismo surge no Oriente Médio como uma seita do judaísmo, o primeiro lugar de divulgação da Mensagem do Nazareno era o Templo. Permaneceu, como o Mestre, duplamente perseguido, pelo judaísmo oficial e pelo Império Romano. É de Jerusalém que a Boa-nova do Reino do Ressuscitado é proclamada e disseminada. A seita espalha-se pelo Oriente e atinge comunidades do Leste Europeu e Ásia: Ásia Menor, Chipre, Lístra, Éfeso, Macedônia, Tiro. Após a prisão de Paulo é que a Boa-nova chega à capital do Império, Roma. Daí, então, inicia-se sua disseminação pelo continente europeu. Segundo a tradição, Paulo teria, também, fundado comunidades na Espanha.

Fonte: CEDI

Jesus respondeu:

— É este: Escute, povo de Israel! O Senhor, o nosso Deus, é o único Senhor. Ame o Senhor seu Deus com todo o coração, com toda a alma, com toda a mente e com todas as forças. E o segundo mais importante é este: Ame os outros como você ama a você mesmo. Não há outro mandamento mais importante do que esses dois." (Mc 12.28-31).

O amor tem três dimensões: amor a Deus, ao próximo, em segundo lugar, e a si mesmo, em terceiro lugar. A base da ética cristã descansa nesta relação vertical: Deus-ser humano. A relação horizontal entre as pessoas está determinada pela relação vertical anterior. A Primeira Carta de João (cap.4, vs.7ss) encarrega-se de explicar esta afirmação — o amor provém de Deus: "Ele nos amou primeiro". A fonte do comportamento devido, da ação correta no cristianismo, descansa na segurança de que o comportamento é capaz de receber em si o amor de Deus.

O amor ao próximo, em segundo lugar, é possível quando se cumpre o primeiro passo, isto é, amar a Deus.

Se não se ama a Deus, que é a fonte da qual provém o amor pela graça (dádiva) de Deus, não é possível amar os nossos semelhantes. Mas, o inverso é verdadeiro. E, novamente, a Carta de João, a que nos referimos anteriormente, explica: "Se alguém diz 'eu amo a Deus' e odeia a seu irmão, é mentiroso. Pois quem não ama ao irmão a quem vê, como pode amar a Deus a quem não vê?". A prática do amor é fundamental. Se não exercita-se viver no amor de forma cotidiana entre as pessoas, não é possível afirmar que em verdade se ame a Deus. Ama-se a Deus e conhece-o na prática do amor entre os seres humanos.

Finalmente a redação desse mandado em Marcos apresenta o "a si mesmo" como a terceira dimensão da prática do amor. O amor a si mesmo, isto é, a preocupação que as pes-

A ética, o comportamento das pessoas estão fortemente referidos aos contextos históricos e culturais

soas devem ter por si mesmas é posterior ao amor a Deus e ao próximo. É uma advertência contra o egoísmo de colocar-se em primeiro lugar.

Essa maneira de falar não quer dizer tampouco que o ser humano abandone-se a si mesmo, que não se preocupe com sua própria sorte ou segurança. Deve fazê-lo sempre. Todos devemos amarmos-nos, mas, de modo algum, é a ocupação primeira na prática do amor divino. Deus o exemplificou na encarnação de Jesus Cristo. Ele foi a medida para todos os seres humanos de que o verdadeiro amor coloca Deus em primeiro lugar, o próximo em segundo e, somente em terceiro, o "eu" de cada um.

Devemos dizer algo mais, antes de terminar este comentário sobre o mandado do amor. As palavras de Je-

sus em Marcos, como resposta à pergunta dos escribas, é, em primeiro lugar, uma reiteração do que a Lei judia já estipulava. Em Levítico 19, estão as leis de santidade e de justiça. Não se pode ler o mandado de Jesus nos evangelhos sem considerar que por trás dele subjazem esses códigos em Levítico. Se lemos o que se diz ali, compreenderemos que o amor ao próximo tem a ver não apenas com o amor ao próximo como pessoa ou indivíduo, mas com a comunidade e povo ao qual se pertence. Em Levítico o próximo a quem deve-se amar está nas relações familiares, nos pobres que não têm o que comer e no estrangeiro. Amar ao próximo significa estar contra o roubo, o engano, a mentira; amar o próximo é não oprimir, não roubar, pagar salários justos, ter compaixão com os inválidos (cegos, coxos, surdos); é a prática de uma sã justiça que liberte o pobre do rico no juízo; e significa ainda não murmurar contra os outros.

Assim, o amor ao próximo tem a ver com as relações humanas no sentido amplo, com o mundo da família, as justas relações sociais, o trabalho, a economia. A partir dessa perspectiva, veremos que o amor ao próximo vai muito além do que comumente costumamos praticar.

A releitura que Jesus faz em resposta ao escriba supõe a realidade social de Levítico e a amplia. Agora o próximo não está somente no contexto judeu, mas em toda humanidade. A nova expressão do mandamento do amor a Deus, ao próximo e a si mesmo deve ser feita a partir do que diz Levítico, mas ampliando-o em perspectiva universal. Desse modo, as relações sociais, a economia, o trabalho comprometem o cristão com toda a humanidade.

Dagoberto Ramirez, teólogo metodista chileno, é o coordenador da Rede Latino-Americana de CCPD.

Extraído de "Evangelio e Sociedad", nº 12 (jan-mar/1992).

A MODERNIDADE NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA

A política de educação de jovens e adultos no governo Collor se contradiz na essência. Ao mesmo tempo em que prioriza a inserção na modernidade tecnológica, nega meios para a maioria adquirir acesso à educação básica

Maria Clara Di Pierro

Os índices de analfabetismo no Brasil vêm regredindo lentamente há um século, embora o número total de analfabetos tenha crescido continuamente em virtude do incremento populacional. Os dados relativos ao Censo de 1991 só serão conhecidos neste semestre, mas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1990 indica a existência de mais de 20 milhões de brasileiros analfabetos da população nessa faixa etária. A esse contingente, somam-se outros 26 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais que, embora declarem-se alfabetizados, possuem menos de quatro anos de escolaridade e não consolidaram a aquisição da leitura, da escrita e do cálculo matemático elementares. A eles irão juntar-se, nos próximos anos, 15,5% das crianças e jovens que têm atualmente entre 7 e 14 anos de idade, mas não freqüentam escolas, e outros tantos que, apesar de o fazerem, são delas excluídos precocemente, sem lograr alfabetizar-se. É inegável, portanto, a necessidade de se oferecerem alternativas de escolarização à população jovem e adulta.

No plano jurídico, ao longo do último século a legislação foi progressivamente assegurando o direito social à educação fundamental e obri-



Alfabetização de adultos em Diadema

gando o Estado a oferecê-la gratuitamente. A Constituição de 1988 avançou em relação às leis anteriores, ao garantir o direito à educação básica pública e gratuita a toda a população, sem restrições de idade. O artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição conferiu aos governos

e à sociedade um prazo de dez anos para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino básico, assegurando para tanto 50% dos recursos vinculados à educação.

É no plano das políticas públicas, porém, que os direitos sociais se realizam na prática.

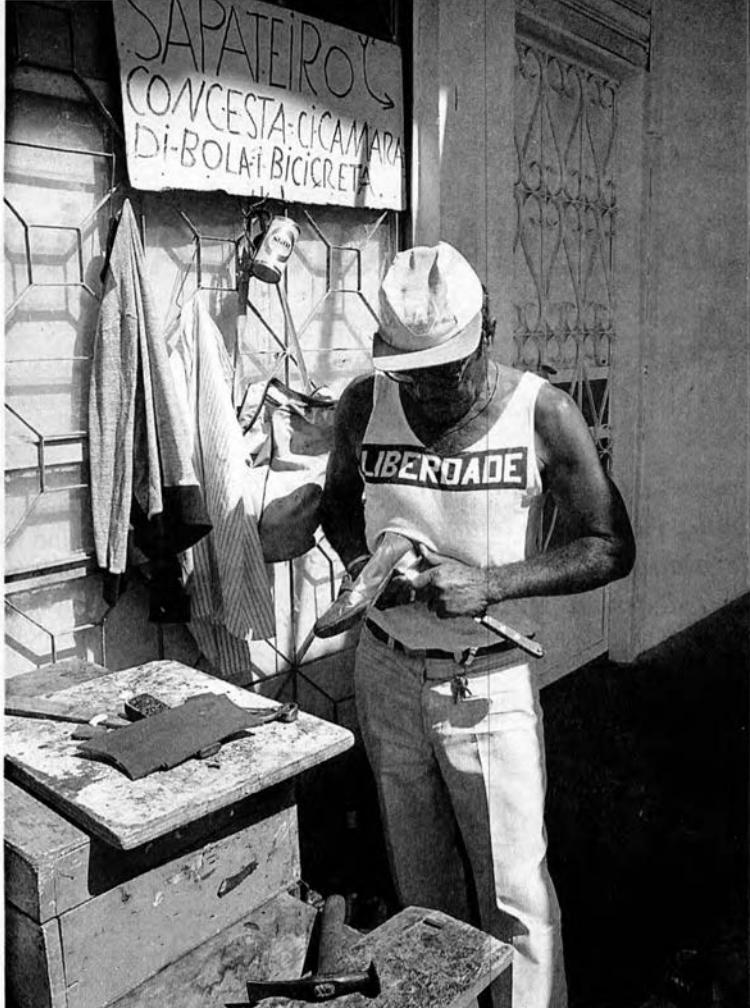
Neide Sierra

Após meio século de omissão, a partir da década de 1950 os governos federais passaram a formular políticas educacionais voltadas à população jovem e adulta. Nos últimos 40 anos, prevaleceram intervenções emergenciais, sob a forma de "campanhas" episódicas de alfabetização, cujos resultados decepcionantes já foram exaustivamente criticados. A tentativa de incorporar a educação de jovens e adultos ao sistema educacional pela via do ensino supletivo foi duplamente prejudicada pela concepção tecnicista que presidiu sua implementação e pela escassez de recursos

materiais e humanos nele investidos.

A POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DO GOVERNO COLLOR

Nos primeiros dias do governo Collor, a extinção da desgastada Fundação Educar (sucessora do falido Mbral) e da promessa de elabora-



José Luiz Faria

É inegável a necessidade de se oferecerem alternativas de escolarização à população jovem e adulta

ção de um Plano Nacional de Alfabetização suscitaram alguma expectativa positiva.

O desdobrar dos fatos, porém, não veio a confirmá-la. No ano e meio da gestão Chiarelli no MEC (março de 1990 a agosto de 1991), as medidas voltadas à educação básica de jovens e adultos ficaram diluídas no pântano em que progressivamente foi se transformando o chamado Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). Apresentado à mídia, em pleno Ano Internacional da Alfabetização, como megaprojeto na área educacional, ao qual seriam atribuídos recursos de monta e para o qual seria convocada a participação ativa da sociedade civil, o PNAC foi pou-

co a pouco revelando-se um biombo para velhas práticas de clientelismo e fisiologismo no emprego dos recursos públicos, travestidas de democracia. Dois anos após seu anún-

cio, o PNAC não se reúne há seis meses e até hoje não foi convocada a Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania, que deveria aprovar a Declaração Brasileira de Educação para Todos e o Plano de Ação para a década de 1990.

Ao menos no discurso, o ministro Goldemberg delimitou com maior clareza a prioridade para a educação básica de crianças e jovens entre 7 e 14 anos, mas o orçamento do MEC para 1992 não acrescenta recursos compatíveis às metas enunciadas. Em função dessa "prioridade", os recursos destinados à educação de jovens e adultos foram drasticamente reduzidos. Para justificar essa redução, Goldemberg tem citado o senador Darcy Ribeiro que, em defesa da "prioridade à criança", vem apregoando o "genocídio educacional" das gerações jovem e adulta.

CONTRADIÇÕES E EQUÍVOCOS DO DISCURSO GOVERNAMENTAL

O governo Collor adotou como *slogan* o binômio "alfabetização e cidadania", sem jamais ter explicitado o conteúdo que atribui a tais conceitos. Na prática, porém, ao negar meios

NÃO HÁ RECURSOS PARA EDUCAR JOVENS E ADULTOS

Em recente estudo apresentado ao Unicef, o professor José Carlos de Araújo Melchior, estudioso do financiamento da educação, constata que o governo federal tem gasto, em média, apenas 1,02% dos recursos do ensino supletivo. Dentre os pontos de estrangulamento do ensino fundamental do País, ele identifica: "O decréscimo de investimento do MEC no ensino supletivo, em 1991, chegando o orçamento de 20% como previsão, a receber somente 4% como execução. Com a extinção da Fundação Educar e do incentivo fiscal ao Mobral (depois transformado em Fundação Educar) o governo deixou de arrecadar os 2% que faziam parte do imposto de renda devido para a alfabetização de analfabetos. No momento, somente os estados cuidam com mais seriedade do ensino supletivo de 1º

grau. Os municípios já cuidam em menor escala e o investimento federal é irrisório. Apesar de o governo federal ter patrocinado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) e de ter encaminhado, em 1991, cerca de 40% dos recursos requeridos pelo Programa, com a troca de ministros no MEC, o atual já firmou posição de que o ensino fundamental regular é prioritário, como fonte do analfabetismo, colocando o ensino supletivo de 1º grau em plano secundário. Pelo visto, os analfabetos de mais de 15 anos, em função da política federal adotada, tenderão a morrer como analfabetos." (José Carlos de Araújo. *Financiamento da educação: elementos de análise do ensino fundamental*. 1992, p.8).

Fonte: CEDI, maio/92

para que a ampla maioria de jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade tenha acesso à educação básica, fere-se um princípio basilar da cidadania — a eqüidade de direitos.

Ao formular diretrizes e metas da política educacional, o governo Collor tem preferido o conceito de cidadania em prol do binômio "alfabetização e desenvolvimento", num discurso que privilegia os requisitos educacionais para o ingresso na "modernidade tecnológica".

Ora, como pensa o governo ingressar nessa tal "modernidade" se 16% da população economicamente ativa é analfabeto, 25% tem apenas entre 1 e 4 anos de estudos e somente 23% concluiu o 1º grau? Como apre- goar o "genocídio educacional" a partir dos 15 anos de idade se 65% da população economicamente ativa tem entre 15 e 39 anos e, em virtude da queda dos índices de fecundidade, o perfil etário da população dá claros sinais de amadurecimento? Afinal, com que mão-de-obra qualificada pretende o governo Collor ingressar na era tecnológica, se ele recusa-se a oferecer educação fundamental à população trabalhadora?

O governo parte da premissa de que a política educacional deve atender aos objetivos estratégicos do País e que entre eles se inclui o de atingir rapidamente novos patamares de competitividade no mercado internacional, pela via da incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos. Essa incorporação requer uma força de trabalho com níveis de instrução superiores aos observados hoje em nosso país. Não é por outro motivo que setores empresariais, que antes não se pronunciavam sobre o tema, revelam preocupação crescente com a questão educacional.

A experiência do Primeiro Mundo e as pesquisas realizadas no País indicam que o tipo de formação requerida dos trabalhadores para operarem novas tecnologias não se resume ao treinamento para funções delimi-

OS EMPRESÁRIOS E A EDUCAÇÃO

Antônio Ermírio de Moraes surpreendeu os educadores menos atentos ao publicar, em junho de 1991, o artigo "Educação, já", em sua coluna semanal na Folha de S. Paulo. O empresário analisa as relações entre níveis de escolaridade e produtividade das economias do Primeiro Mundo e do Brasil, e comenta: "No Brasil, as pessoas com mais de 50 anos têm, em média, menos de um ano de escola. Os jovens de 10 a 14 anos têm apenas 2,6 anos. O grupo de 20 a 24 anos, o mais educado de todos, tem 6 anos. Dos que compõem a força de trabalho, 55% não têm mais do que 4 anos de estudo". E conclui: "Por mais demorado que seja, educar, no Brasil, é questão de sobrevivência... Nós estamos queimando os cérebros da juventude ao deixá-la no abandono. O brasileiro precisa de muito mais educação. O grupo de 10 a 30 anos e as crianças em idade escolar, sem dúvida, constituem os prioritários. Ao todo, ele soma mais de 85 milhões de pessoas".

Seu posicionamento não é exceção: Udo Döhler, empresário catarinense, coordena o Comitê de Educação da Co-

missão Empresarial de Competitividade, integrante do Programa de Competitividade Industrial do Ministério da Economia. Recentemente ele declarou à imprensa que "após a Revolução de 64, o empresariado fechou as cortinas de suas janelas e se dedicou à geração de riqueza e empregos, distanciando-se das questões políticas, sociais e ambientais. Depois de quase 20 anos, quando abriu a janela, encontrou uma favela no outro lado da rua e uma mão-de-obra incapaz de aplicar novas tecnologias e de atingir os níveis de produtividade e qualidade necessários para a competição de seu produto num mercado que se abriu".

Ele acrescentou que "por meio do ensino, podemos acionar um processo em cadeia, iniciado com o aumento da profissionalização, passando para as conquistas do ensino tecnológico, ganhos de qualidade e produtividade, crescimento real de salários, distribuição de renda, estímulo ao consumo, atingindo, por fim, o desenvolvimento".

Fonte: Gazeta Mercantil (SP), 7/2/92

Afinal, com que mão-de-obra qualificada pretende o governo Collor ingressar na era tecnológica se ele recusa-se a oferecer educação fundamental à população trabalhadora?

tadas, mas uma formação geral abrangente que assegure flexibilidade e compreensão de tarefas complexas. Ela não pode ser obtida pelo treinamento na empresa, e sim por meio de uma educação geral realizada no sistema educacional. Ora, se esse é um dos objetivos primordiais da política educacional, nada mais contraditório que a postura do governo Collor de total ausência de diretrizes

e recursos para a educação de jovens e adultos.

Se, por outro lado, partimos da concepção de que a política educacional deve atender prioritariamente ao objetivo de consolidação da democracia e que a alfabetização é instrumento simultaneamente condicionado e condicionante da construção da cidadania, o "boicote" à educação de jovens e adultos praticado pelo governo Collor configura não apenas desrespeito à norma jurídica, mas um sério equívoco político e ético.

Maria Clara di Pierro é assessora do Programa Educação e Escolarização Popular do CEDI.

CIACS: AOS TRANCOS E BARRANCOS

Elie Ghanem

Os Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs), produtos esperados do chamado *Projeto Minha Gente*, lançado pelo governo federal em maio de 1991, têm sido o cavalo de batalha de uma polêmica altamente partidarizada e exageradamente simplificadora. Pelo fato de os Ciacs serem o principal projeto social desse governo, as apreciações favoráveis ou contrárias assumiram um caráter maniqueísta, absolutizando virtudes ou vícios. Aspectos importantíssimos, enquanto isso, são deixados na sombra. As críticas não se articulam a medidas alternativas e viáveis que se oponham ao caráter recessivo da política econômica. Sem isso, qualquer discussão de políticas sociais — que incluem a educacional — não ultrapassa a superficialidade.

Um país, cuja riqueza decresce ou estagna, reduz seu fôlego para investimentos em áreas sociais. É o caso do Brasil, ao qual se soma ainda a alta centralização de recursos do Estado e a inaceitável desigualdade da distribuição deles. O Orçamento Geral da União (OGU) deste ano, por exemplo, baseado no receituário dos credores internacionais, deverá ser cortado em Cr\$36,4 trilhões, em despesas já autorizadas pelo Congresso, já que as receitas estimadas não estarão totalmente disponíveis. Além disso, Cr\$218,39 trilhões (45% de um total de Cr\$ 478,4 trilhões) sairão, de cara, para pagar dívidas da União. Outros 46,5% das despesas do OGU são destinadas aos gastos da União, enquanto apenas 8,5% (Cr\$41,24 trilhões) serão transferidos para os estados e municípios, para gastos variados, inclusive em

Ao evitar a captura pela lógica maniqueísta, faz-se necessário percorrer os sentidos do confronto entre objetivos e capacidade de realização. O projeto ora orientador dos Ciacs traz alentos mas não supera dúvidas de uma realização sem credibilidade como a do Projeto Minha Gente

educação. E é justamente nos estados e municípios que recai a responsabilidade pela manutenção dos Ciacs. O enfrentamento decidido dessa iniquidade na repartição de recursos já amenizaria muito o calor do debate, deslocando-o para pontos mais centrais.

Política de resultados. Os Ciacs são fruto de uma alta capacidade do governo federal de absorver idéias que se afirmaram na opinião pública, associada à habilidade de compor certas alianças e bases de sustentação política. O governo Collor avançou o eficaz uso eleitoral da proposta de Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) de Brizola, no Rio de Janeiro. Após o primeiro encontro com o presidente empossado, Brizola voltou de Brasília com a liberação dos recursos do salário-educação para o estado — retidos no MEC havia meses —, além da promessa de financiamento da Linha Vermelha (via expressa que liga o Aeroporto do Galeão ao centro-sul da cidade do

Rio de Janeiro) e da incorporação pelo Planalto da idéia de atendimento integral à criança. Uma operação mutuamente vantajosa, pois neutralizou uma ampla área de resistência, encabeçada por quem quase foi o adversário de Collor no segundo turno das eleições presidenciais.

A capacidade de absorção de significativos pontos da opinião pública se revela, por exemplo, no reconhecimento da evidente ineficiência da rede escolar existente, no grande peso que fatores extra-escolares relativos à pobreza têm sobre essa ineficiência e ainda no amplo consenso que se formou sobre a importância estratégica da educação no arco de alternativas de desenvolvimento. Além, é claro, da até folclórica associação que os políticos insistem em fazer entre sua imagem e a da criança. A essas características está ligada uma flexibilidade astuta, que se traduziu na incorporação implícita das críticas aos Ciacs (e na sua rejeição explícita), o que foi moldando o formato do projeto ao longo do tempo. Essa permeabilidade, porém, não significa que as organizações populares e os partidos de oposição estão em condições de influir significativamente nas principais decisões do governo.

Desperdício. A crítica mais contundente aponta os Ciacs como exemplos de desperdício e de má utilização de recursos escassos, num setor de grandes déficits e deficiências acumuladas — investimento megalomaníaco que deveria ser direcionado à rede “convencional” de escolas. O exame preciso dessa questão é dificultado porque há va-

CARTA AOS COMPANHEIROS DE CAMINHADA E DE ESPERANÇA

A atitude do teólogo católico Leonardo Boff, que renunciou à condição de sacerdote e se desligou da Ordem dos Franciscanos, como protesto contra o longo e continuado cerceamento de sua liberdade de fazer teologia, é mais um marco no processo de controle ideológico eclesiástico que se vem acentuando, no Vaticano, nos últimos anos. No dia 28 de junho de 92, Boff tornou públicas as razões profundas da sua decisão mediante a carta que publicamos abaixo.

Há momentos na vida em que uma pessoa, para ser fiel a si mesma tem que mudar. Mudar. Não de batalha mas de trincheira. Deixo o ministério presbiteral mas não a igreja. Afasto-me da Ordem Franciscana, mas não do sonho terno e fraterno de S. Francisco de Assis. Continuo e serei sempre teólogo, de matriz católica e ecumênica, a partir dos pobres, contra a sua pobreza e em favor de sua libertação.

Quero declinar aos companheiros e companheiras de caminhada as razões que me levaram a tal decisão.

De antemão digo, saio para manter a liberdade e para continuar um trabalho que me estava sendo grandemente impedido. Este trabalho tem significado a razão de minha luta nos últimos 25 anos. Não ser fiel às razões que dão sentido à vida, significa para alguém, perder a dignidade e diluir a sua própria identidade. Não o faço. E penso que Deus também não o quer.

Recordo a frase de José Martí, notável pensador cubano do século passado: "Não pode ser que Deus ponha na cabeça da pessoa o pensamento e que um bispo, que não é tanto como Deus, proíbe de expressá-lo".

Mas refaçamos um pouco a trajetória. A partir dos anos 70 junto com outros cristãos tentei articular o evangelho com a injustiça social e o grito dos oprimidos com o Deus da vida. Disso resultou a Teologia da Libertação: a primeira teologia latino-americana de relevância universal. Por ela procurávamos resgatar o potencial libertador da fé cristã e atualizar "a memória perigosa" de Jesus, rompendo aquele círculo férreo que mantinha aqui o cristianismo cativo dos interesses dos poderosos.

Essa diligência nos levou à escola dos pobres e marginalizados. Fomos evangelizados por eles. Ficamos mais humanos e sensíveis à sua paixão. Mas também mais lúcidos na descoberta dos mecanismos que os fazem sempre de novo sofrer. Da iracúndia sagrada, passamos à prática solidária e à reflexão comprometida.

Temos suportado, em comunhão com eles, a maledicência daqueles setores sociais que encontram no cristianismo tradicional um aliado na manutenção de seus privilégios a pretexto da preservação da ordem que é, para as grandes maiorias, pura e simplesmente desordem. Sofremos ao sermos acusados por nossos irmãos de fé de heresia e de mancomunação com o marxismo e de vermos os laços da fraternidade rompidos publicamente.

Sempre sustentei a tese de que uma igreja só é verdadeiramente solidária com a libertação dos oprimidos, quando ela mesma, em sua vida inteira, supera estruturas e hábitos que implicam a discriminação face às liberdades modernas e ao espírito democrático e a demasiada concentração do poder sacerdotal nas mãos do clero.

Com frequência fiz a seguinte reflexão que aqui repito. O que é erro na doutrina sobre a Trindade, não pode ser verdade na doutrina sobre a Igreja. Na Trindade se ensina que não pode haver hierarquia. Todo o subordinacionismo é aí herético. As pessoas di-

vinas são de igual dignidade, de igual bondade e de igual poder. A natureza íntima da Trindade não é solidão mas comunhão. A pericórese (o interrelacionamento) de vida e de amor entrelaça os divinos Três com tal radicalidade que não temos três deuses mas um só Deus-comunhão. Mas da Igreja se diz que é essencialmente hierárquica. E que a divisão entre clérigos e leigos é de instituição divina.

Não somos contra a hierarquia. Se hierarquia houver, porque esse pode ser um imperativo cultural legítimo, será sempre, num bom raciocínio teológico, hierarquia de serviços e de funções. Se assim não for, como afirmar, verdadeiramente, que a Igreja é o ícon-ícone da Trindade? Onde fica o sonho de Jesus de uma comunidade de irmãos e de irmãs, se há tantos que se apresentam como pais e mestres, quando Ele disse explicitamente que temos um só Pai e um só Mestre (cf. Mt 23.8-9)".

A atual forma de se organizar a igreja (nem sempre foi assim na história) cria e reproduz mais desigualdades do que atualiza e viabiliza a utopia fraterna e igualitária de Jesus e dos Apóstolos.

Por tais e semelhantes postulações, que de resto se inserem na tradição profética do cristianismo e no ideário dos reformadores a começar por S. Francisco de Assis, caí sob severa vigilância por parte das autoridades doutrinárias do Vaticano. Diretamente ou por intermédio autoridades essa vigilância foi, como um torniquete, mais e mais se fechando até tornar minha atividade teológica de professor, conferencista, assessor e escritor praticamente impossível.

Desde 1971 tenho recebido, frequentemente, cartas e admoestações, restrições e punições.

Não se diga que não colaborei. Respondia a todas as cartas. Negociei, por duas vezes, meu afastamento temporário da cátedra. Enfrentei o "diálo-



Carlos Alberto Ribeiro/CMMI

**Boff no
Encontro
Ecumônico
sobre
Igreja e
Meio
Ambiente**

go" em Roma diante da mais alta autoridade doutrinária da Igreja romano-católica em 1984. Acolhi o texto de condenação de várias de minhas opiniões em 1985. E depois (contra o sentido do direito, pois havia me submetido a tudo) fui castigado com um tempo de "silêncio obsequioso". Aceitei, dizendo, "prefiro caminhar com a Igreja (dos pobres e das comunidades eclesiais de base) do que caminhar sozinho com a minha teologia". Fui deposto da redação da Revista Eclesiástica Brasileira e afastado do Editorial da Editora Vozes. Impuseram-se um estatuto especial, fora do direito canônico, ao obrigarem-me a submeter cada escrito meu à dupla censura prévia, uma interna da Ordem franciscana e a outra do bispo a quem cabe dar o "imprimatur" (imprima-se).

Tudo aceitei e a tudo me submeti. Entre 1991 e 1992 fechou-se ainda mais o cerco. Fui deposto da revista Vozes (a mais antiga revista de cultura do Brasil, de 1904), foi imposta a censura à Editora Vozes e a todas as revistas que aí se publicam. A mim se cobrou novamente a censura prévia sobre cada escrito, artigo ou livro. E ela foi aplicada com zelo. E por um tempo indeterminado deveria afastar-me do ensino comum da teologia.

A experiência subjetiva que colhi nestes 20 anos às voltas com o poder doutrinal é esta: ele é cruel e sem piedade. Nada esquece, nada perdoa, tudo cobra. E para isso se toma o tempo necessário e se dá os meios para atingir o seu fim: o enquadramento da inteligência teológica. Age diretamente ou usa instâncias intermediárias ou obriga os próprios irmãos de Ordem franciscana a executarem uma função que só cabe, pelo direito canônico, a quem é autoridade doutrinal (bispos e a Con-

gregação para a Doutrina da Fé).

A sensação que tenho é que cheguei diante de um muro. Não posso mais avançar. Retroceder implicaria sacrificar a própria dignidade e renunciar a uma luta de tantos anos.

Nem tudo vale na Igreja. E o próprio Jesus morreu para testemunhar que nenhum tudo vale neste mundo. Há limites intransponíveis, o direito, a dignidade e a liberdade da pessoa humana. Quem se abaixa continuamente acaba ficando encurvado e assim desumanizado. A Igreja hierárquica não detém o monopólio dos valores evangélicos nem a Ordem Franciscana é a única herdeira do Sol de Assis. Existe ainda a comunidade cristã e a torrente de fraternura franciscana nas quais me poderei situar em jovialidade e liberdade.

Antes de me amargurar, de ver destruídas em mim as bases humanas da fé e da esperança cristã e abalada a imagem evangélica de Deus-comunhão-de-pessoas, prefiro trocar de caminho. Não de direção. As motivações axiais que inspiraram minha vida continuarão inalteradas: a luta pelo Reino que começa pelos pobres, a paixão pelo Evangelho, a com-paixão com os sofredores deste mundo, o compromisso com a libertação dos oprimidos, a articulação entre o pensamento mais crítico com a realidade mais desumana e o cultivo da ternura para com cada ser da criação à luz da prática de S. Francisco de Assis.

Não deixarei de amar o caráter mistério e sacramental da Igreja e compreender suas limitações históricas com lucidez e a necessária tolerância.

Há inegavelmente uma crise grave na Igreja romano-católica atual. Duas atitudes básicas se confrontam duramente. A primeira crê na força da disciplina e a segunda na força intrínseca do curso das coisas. A primeira estima que a Igreja tem necessidade de ordem e por isso coloca todo o peso na obediência e no submetimento de todos. Essa atitude é majoritariamente assumida por setores hegemônicos da administração central da Igreja. A segunda pensa que a Igreja tem necessidade de libertar-se e por isso faz fé no Espírito que fermenta a história e nas forças vitais que como o humus conferem fertilidade ao milenar corpo eclesial.

Essa atitude é representada por setores importantes das igrejas periféricas, do Terceiro Mundo e do Brasil.

Indiscutivelmente eu me situo na segunda atitude, daqueles que fazem da fé a superação do medo, daqueles que têm esperança no futuro da flor sem defesa e nas raízes invisíveis que sustentam a árvore.

Irmãos e irmãs, companheiros de caminhada e de esperança: que este meu gesto não os desanime na luta por uma sociedade onde seja menos difícil a colaboração e a solidariedade, pois a isso nos convidam a prática de Jesus e o entusiasmo do Espírito. Ajudemos a Igreja institucional a ser mais evangélica, compassiva, humana e comprometida com a liberdade e a libertação dos filhos e filhas de Deus. Não andemos de costas para o futuro, mas com os olhos bem abertos para discernirmos no presente os sinais de um novo mundo que Deus quer e dentro dele de um novo jeito de ser igreja, comunitária, popular, libertadora e ecumênica.

De minha parte, quero com meu trabalho intelectual, me empenhar na construção de um cristianismo indio-afro-americano, inculturizado nos corpos, nas peles, nas danças, nos sofrimentos, nas alegrias e nas línguas de nossos povos, como resposta ao evangelho de Deus que ainda não foi plenamente dado depois de 500 anos de presença cristã no Continente. Continuarei no sacerdócio universal dos fiéis que é também uma expressão do sacerdócio do leigo Jesus como no-lo recorda o autor da epístola aos Hebreus (Hb 7.14;8.4).

Não saio triste desta situação mas tranquilizado, pois faço minha a poesia de nosso poeta maior, Fernando Pessoa:

"Valeu a pena?

"Tudo vale a pena,
se a alma não é pequena"

Sinto que minha alma, com a graça de Deus, não foi pequena.

Unidos na caminhada e na graça d'Aquele que conhece o segredo e o destino de todos os nossos caminhos, saúdo-os com Paz e Bem".

Leonardo Boff
28 de junho de 1992

Ciac em
Ceilândia,
Brasília

rições nos números conforme a fonte ou a declaração da mesma fonte. Em fevereiro, o ministro da Educação, José Goldemberg, afirmou que o governo pretende construir 4 mil Ciacs até o final de 1994 (falava-se anteriormente em 5 mil). Para 1992 seriam 510 construções (ou 632, pelo plano do MEC), com a destinação de US\$1 bilhão, em que cada unidade deveria atender a uma média de 750 alunos. Segundo o ministro, neste ano, para a recuperação, construção, expansão e reforma de escolas convencionais o MEC destinou US\$ 400 milhões. Essa linha de ação, que nunca mereceu destaque por parte do MEC, passaria assim a receber tratamento prioritário. Pode ser insuficiente, mas é inédito esse tipo de intervenção direta do governo federal na rede de ensino fundamental.

Na mesma vertente do desperdício, está a acusação de ser um projeto caro. A ela se contrapõe o argumento do antielitismo, de que os Ciacs visariam estender aos pobres o acesso a escolas em tempo integral, direito que já gozam os filhos dos ricos porque podem pagar. O governo, que

previu a montagem de 20 fábricas de pré-moldados para a produção de escolas em padrão industrial, adaptou

CIACS COM FINS POLÍTICOS

A meta do Ministério da Educação (MEC) de entregar apenas 400 Ciacs em 1992 está dependendo da liberação de US\$ 2,3 bilhões aprovados pelo Congresso para o projeto. O Tesouro só liberou até meados de abril US\$ 590 milhões. O coordenador de planejamento e gestão dos Ciacs, José Aluizio Ferreira Lima declarou, em meados de abril/92, que a pretensão do governo federal é investir US\$ 2 bilhões na construção de 900 Ciacs na região Nordeste, em quatro anos.

O MEC está usando dados do novo censo do IBGE para checar as áreas que realmente necessitam dos Ciacs. A intenção é evitar a sua localização inadequada com fins políticos. As prefeituras já enviaram mais de cinco mil pedidos, a maioria recusada por problemas de terreno e por não haver necessidade de Ciacs na área. Só 170 pleitos chegaram a ser atendidos. O orçamento da União para 1992 inclui entre seus gastos a construção de 1.100 Ciacs.

Fonte: CEDI, junho de 1992

o projeto visando a utilização de materiais próprios de cada região, para baratear o custo da construção.

A discussão dos custos levanta uma outra, sobre os processos duvidosos de licitação e denúncias de corrupção. O *Projeto Minha Gente* estava originariamente alocado na pasta da Saúde, de Alceni Guerra, que exercia também o informal Ministério da Criança. Pouco antes de deixar os cargos, sob uma chuva de escândalos em torno de concorrências públicas, o projeto foi transferido para o MEC. A pedido deste, o Tribunal de Contas da União investigou as licitações feitas para os Ciacs e, diante das irregularidades encontradas, as concorrências foram invalidadas.

A forma atabalhoadas e pouco esclarecedora que tem marcado a história do projeto deu margem a que os deputados da Comissão de Educação da Câmara, no parecer sobre os Ciacs, identificassem o óbvio: ausência de debate nacional e participação da sociedade no projeto. Como também não há clareza quanto aos critérios de distribuição das construções pelo País, os parlamen-

tares julgam os Ciacs como uma "ação de caráter propagandístico". Isso ficou patente na inauguração do primeiro Ciac, em Vila Paranoá (DF). A pressa dobrou o custo da obra, que foi para Cr\$ 2 bilhões.

Projeto pedagógico. Os críticos dos Ciacs ressaltam ainda que a proposta é simplória (ou manhosa), uma vez que visaria enfrentar nossos problemas educacionais com "tijolo e cimento". Destacam que o necessário é o investimento em salários e

É flagrante o contraste entre a coerência da proposta pedagógica encomendada e a incerta trajetória do Projeto Minha Gente

treinamento dos professores, sem os quais tudo não passaria de arquitetura, ostentação e demagogia. Os Ciacs apresentariam, portanto, o grave defeito da falta de projeto pedagógico. Esse argumento se debilita ao pensarmos que se o requisito fosse indispensável para o funcionamento de uma escola, pouquíssimas manteriam as portas abertas. Mas tinha tanta força que Goldemberg, ao assumir o MEC em agosto de 1991, apressou-se em dizer que queria "dar alma" aos Ciacs, elaborando um projeto pedagógico inovador. E assim o fez. Um especialista da USP, José Mário Azanha, que tem por trás de si uma história de lutas pela educação pública e democrática, foi chamado a escrever a minuta de uma proposta pedagógica, discutida por uma comissão de educadores de composição bastante plural.

Longe de conceber o projeto como milagrosa panacéia de superação do miserável estado da educação brasileira, a proposta dá aos Ciacs a perspectiva de se constituírem em lugares de experimentação para ini-

DESENCONTROS DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Na versão do Plano de Metas do governo federal divulgada em 6 de abril de 1992, a primeira das cinco áreas definidas como prioritárias é Educação, Ciência e Tecnologia, abrangendo ações integradas voltadas para crianças e adolescentes, melhoria da qualidade da educação básica e capacitação científica e tecnológica. Prevê a construção de 2.970 Ciacs, o atendimento de 3.295 mil crianças em creches e pré-escolas, distribuição de 85 milhões de livros e construção de 3.162 escolas.

Dos 28 milhões de livros didáticos que deveriam ser distribuídos pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) em 1992, até abril tinham sido comprados apenas 8 milhões e a distribuição, que deveria ser concluída até março, não tinha sido feita.

Fonte: CEDI, junho de 1992.

ciativas ousadas de escola pública fundamental. E recusa fazer o que muitos desejavam e até exigiam (a definição autoritária de um modelo de cima para baixo), abrindo a possibilidade de cada centro elaborar seu próprio projeto (o que, aliás, é o que toda unidade escolar, convencional ou não, deveria fazer). Numa perspectiva realista, o plano vai além de constatar a necessidade de reformar e construir prédios e de remunerar melhor os professores — isso é necessário mas insuficiente. Admite que a iniciativa dos Ciacs institucionaliza medidas urgentes que constam do Estatuto da Criança e do Adolescente, investindo na assistência do Estado em várias frentes, caminho de atuação há anos exigido pelos principais setores que lidam com a proteção à infância. A proposta nota ainda que a ampliação do acesso a uma escola pública, que antes atendia a grupos sociais restritos, fracassou, acarretando o trágico e sistemático fracasso escolar de amplos grupos populares.

A proposta reconhece o impor-

tante fato de o governo federal ter assumido a responsabilidade sobre o ensino fundamental — do qual tem se omitido secularmente — e convoca a imaginação e o espírito público das administrações de ensino e dos educadores para criarem nos Ciacs projetos amplamente diferenciados. Entende ser inviável, a curto prazo, que os Ciacs venham a abranger todas as crianças e opta por dar a eles o caráter de experiências pedagógicas, articuladas a centros de pesquisa educacional, cujas oportunidades educativas que venham a oferecer somente sejam encontradas escassamente fora do ambiente escolar. A orientação é que a ampliação da jornada seja aproveitada exatamente para que as crianças vivam práticas que as suas precárias condições existenciais não possibilitam. Assim, a modernização pretendida com a agregação de programas variados — como a assistência médico-odontológica, esportes e alimentação — não se tornaria fator de descaracterização da escola como instituição ensinante.

Mas é flagrante o contraste entre a coerência da proposta pedagógica encomendada e a incerta trajetória do *Projeto Minha Gente*. A esfarrapada credibilidade do governo só faz multiplicar as dúvidas sobre a efetivação das intenções anunciadas, especialmente no tocante às estrondosas metas fixadas. Não é de hoje que projetos interessantes são elaborados e depois relegados ao fracasso e ao esquecimento, sobretudo por não se assegurarem condições de implementação e funcionamento duradouro. Fica claro que uma coisa é discordar dos objetivos, outra é duvidar da capacidade de atingi-los. Este é o ponto em que se coloca hoje o problema dos Ciacs.

Elie Ghanem é assessor do Programa Educação e Escolarização Popular do CEDI.

DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA

Carlos A. Afonso

O espaço de atuação das organizações da sociedade civil na América Latina ampliou-se nos últimos anos. O surgimento e o fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), com sua diversidade, constituem sinal dessa nova conjuntura. A crescente informatização das comunicações, com a instalação de redes como o AlterNex, vai possibilitar maior troca de informações entre as ONGs e aumentar a eficácia de seus trabalhos

Nos Estados Unidos, um colégio público foi aberto perto de Chicago, em 1986, para formar jovens com especial inclinação para matemática e ciências da natureza. Além da especialização (que não temos no Brasil, nem mesmo em empresas escolares privadas), a IMSA (Illinois Mathematics and Science Academy) traz uma importante inovação: desde o início, buscou integrar o trabalho dos estudantes à rede acadêmica NSF Net, espinha dorsal da rede de computadores Internet nos Estados Unidos. Utilizando microcomputadores ligados à rede por linhas telefônicas especiais, os estudantes podem desenvolver projetos inovadores e ter acesso aos cientistas e centros mais avançados em seus campos de interesse. Uma poderosa inovação para a escola secundária, que se estende nos países avançados e outras áreas do conhecimento.

No Peru, violentado pela crise po-

lítica, recessão econômica e depressão social, um projeto conjunto entre centros acadêmicos de pesquisa e organizações não-governamentais (ONGs) procura consolidar a Rede Científica Peruana (RCP), que já está em operação experimental.

Troca de informações. No Brasil, um serviço de comunicação de dados por computador montado e operado por uma ONG no Rio de Janeiro (o Nodo AlterNex, operado pelo Ibase desde 1989), destinado a servir à comunidade latino-americana de ONGs, foi escolhido pela ONU como o ponto focal do sistema de troca de informações entre os principais locais dos eventos oficiais e de ONGs durante a Eco-92. Técnicos do AlterNex projetaram a rede, utilizando os recursos já existentes ou em implantação na cidade, em estreita colaboração logística e operacional com a Rede Rio (a rede acadêmica do estado do Rio de Janeiro) e a Rede Nacional de Pesquisa (RNP, sistema que interliga as universidades brasileiras e do qual a Rede Rio é parte). O AlterNex é parte de um esforço internacional de um grupo de ONGs operando sistemas similares, a Associação para o Progresso das Comunicações (APC), que interliga cerca de 16 mil ONGs e indivíduos em mais de 90 países.

Ainda no Brasil, um outro esforço inovador, nascido com o projeto da RNP, busca integrar escolas para deficientes visuais com a rede de computadores, desenvolvendo equipamentos e métodos especiais de acesso. Procura desenvolver também projetos conjuntos com a escola pública, democratizando poderosas ferramentas de acesso ao conhecimento que têm sido, até agora, privi-

légio dos alunos das empresas escolares privadas. Deve-se notar ainda que, por iniciativa do Ibase e com o apoio dos coordenadores do projeto da rede acadêmica brasileira, o AlterNex passa a ser o primeiro serviço de comunicação de dados operado por uma ONG a ser incorporado operacionalmente à RNP.

No Oriente Médio, técnicos da APC assessoram o escritório regional do Unicef para a montagem de sistemas de comunicação eletrônica efetiva que dêem suporte a projetos de apoio a crianças atingidas pela violência e a guerra. O Unicef pretende usar a rede internacional da APC para ajudar a desenvolver programas de educação ambiental, estreitar contatos com ONGs envolvidas em atividades de defesa dos direitos das crianças e distribuir amplamente informações sobre as atividades dele na região.

Elementos comuns. Guardadas as proporções, distâncias e escalas que separam essas iniciativas, elas são exemplos de um movimento internacional que agita a comunidade científica e afeta a comunidade diversificada de ONGs, e que têm vários pontos em comum, entre os quais:

- revelam um processo de abertura da comunidade acadêmica (mesmo no elitizado e, às vezes, até arrogante ambiente da universidade latino-americana) e das agências multilaterais ao mundo da sociedade civil;
- usam a mesma tecnologia de intercâmbio eletrônico de informações e se relacionam ao trabalharem de forma cooperativa na transmissão de dados;
- são parte ou associados das grandes redes internacionais de computadores sem fins de lucro, cuja espi-

ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DAS COMUNICAÇÕES (APC)

Criada em 1990, a APC inclui hoje as seguintes entidades operadoras de serviços telemáticos interconectados:

- IGC (Institute for Global Communications) – baseado em São Francisco, EUA, opera as redes PeaceNet, EcoNet, HomeoNet e ConflictNet. As redes do IGC têm hoje cerca de 8 mil usuários em dezenas de países.
- GreenNet – opera o sistema GreenNet em Londres, com cerca de 1.500 usuários.
- IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) – opera o Nodo AlterNex no Rio de Janeiro, Brasil. Tem cerca de 750 usuários em mais de 27 países. É considerado pela APC como um centro regional de treinamento, desenvolvimento e consultoria em telemática para as ONGs latino-americanas. O IBASE sedia o escritório internacional da APC.
- CRIES (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales) – opera o sistema Nicarao em Manágua. Devido à inexistência de uma rede nacional de dados no país, o sistema não tem podido servir usuários de outros países da região. Atualmente tem cerca de 200 usuários.

- Nirv Centre – uma ONG dedicada a oferecer serviços de informação à comunidade no Canadá, opera o sistema Web em Toronto. Atualmente, o Web tem aproximadamente 1.500 usuários.

- NordNet – uma associação sem fins de lucro organizada pela Sociedade Sueca de Arbitramento e Paz e a Fraternidade de Reconciliação Sueca, opera o sistema NordNet, que serve os países nórdicos. Tem atualmente cerca de 500 usuários.

- Pegasus Networks – opera o sistema Pegasus em Byron Bay, na Costa Leste da Austrália, com cerca de 1.500 usuários.

- GlasNet – um grupo de voluntários em Moscou opera um sistema da APC que serve à Comunidade de Estados Independentes. Atualmente tem cerca de 150 usuários.

- Chasque – operado pelo Instituto do Terceiro Mundo em Montevidéu, Uruguai, com aproximadamente 200 usuários.

- ComLink – uma rede de sistemas servindo a Alemanha, com aproximadamente 800 usuários.

Fonte: Ibase, junho de 1992

nhá dorsal é mantida por projetos de centros de pesquisa do Hemisfério Norte — a rede Internet, que interliga 320 mil computadores em dezenas de países, com mais de 3 milhões de usuários por dia;

- são o resultado de esforços comuns que envolvem entidades internacionais de apoio, universidade, organismos governamentais e entidades da sociedade civil;

- aproveitam a chamada “democratização da informática”, que coloca, a relativamente baixo custo, microcomputadores extremamente poderosos ao alcance de pequenas entidades independentes; para o uso de praticamente todos os serviços desses sistemas, basta um microcomputador conectado a uma linha telefônica por meio de um dispositivo chamado *modem* e um programa de comunicação;

- são iniciativas recentes, basicamente nascidas, como a própria rede Internet, na década de 1980.

As distâncias entre os exemplos são grandes (basta citar que a IMSA, que é um colégio gratuito, tem mais de 650 microcomputadores para cerca de 600 alunos, enquanto a RCP tem dificuldade de pagar suas contas telefônicas de comunicação de dados com o exterior). Além disso, essas iniciativas envolvem problemas operacionais e políticos decorrentes do relacionamento entre instâncias muito diferenciadas. Mas, no contexto de suas sociedades, causam impactos relativos similares ou, no caso de países menos avançados, até mais significativos. O mais importante é a democratização do “estado-da-arte” tecnológico no campo do intercâmbio de informações.

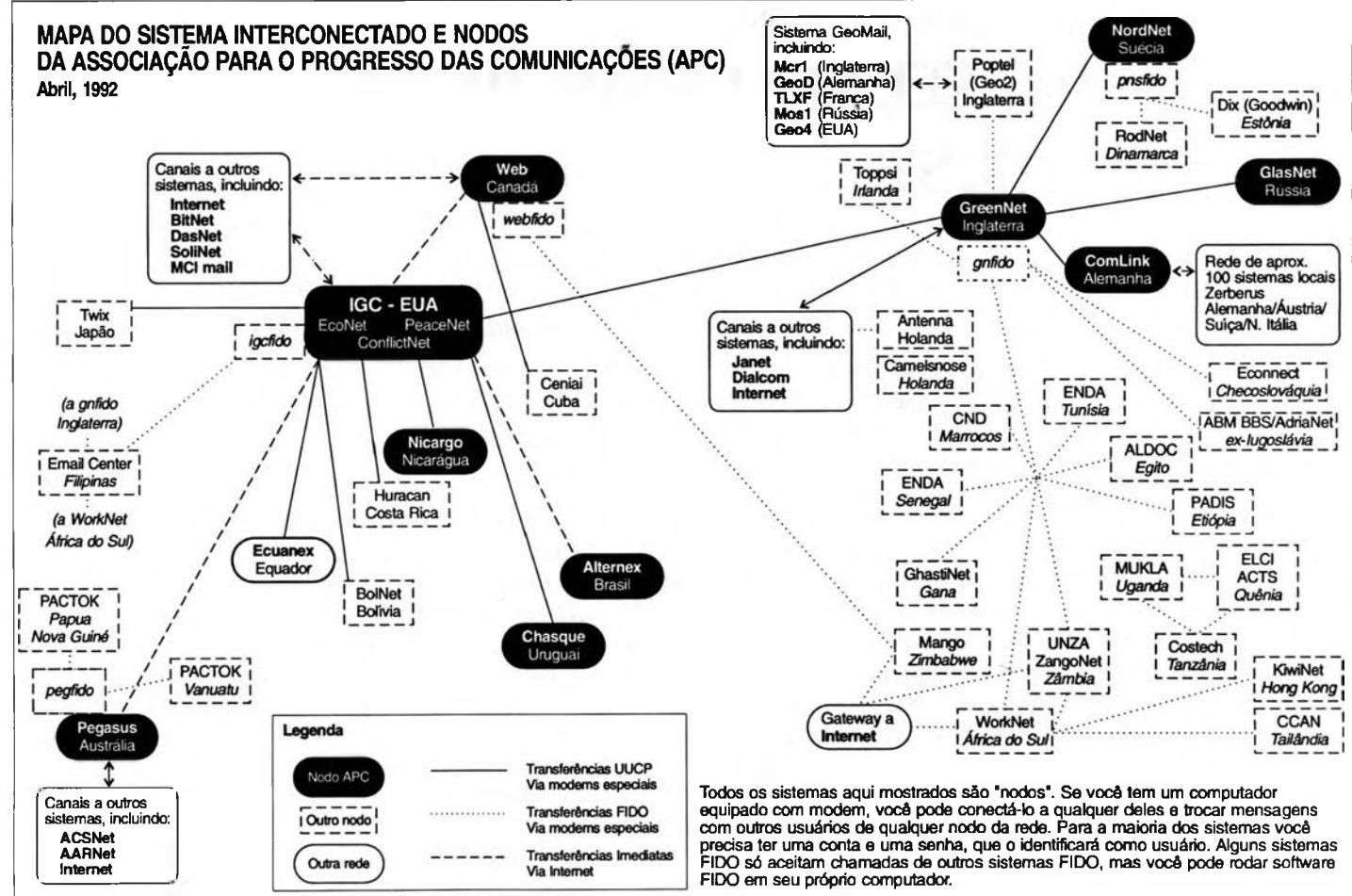
Década das redes. A democratização do acesso a esse poderoso meio tem sido também uma preocupação de grupos de ONGs em vários países. Um dos elementos que estimulam esses esforços é a crescente necessidade de relacionamento internacional que o trabalho das ONGs requer. A reestruturação da ordem mundial, os aspectos fundamentalmente comuns das crises das sociedades mais desiguais, os enfoques e abordagens similares para resolver problemas idênticos levam a uma busca de diálogo cada vez mais dinâmico entre as organizações das sociedades civis. Assim, no mundo das ONGs, a década de 1980 pode ser caracterizada como a “década das redes”. Todas as inovadoras propostas de intercâmbio sistemático e trabalho conjunto, além das fronteiras nacionais, surgiram nesse período, apesar de estarem ainda longe da consolidação.

Em muitos países do Sul, as ONGs nasceram da resistência às ditaduras militares, períodos nos quais a tarefa básica (e em muitos casos, a única) era a denúncia da violência, o protesto contra a imposição de um modelo econômico regressivo, a resistência pelos direitos elementares da cidadania. Em consequência, muitas dessas ONGs viviam em uma quase-clandestinidade, em vários casos sob a proteção de setores mais avançados das igrejas.

Na América Latina, a década de 1980 viu também o desaparecimento (pelo menos temporário) dos regimes militares, que foram gradativamente sendo substituídos por governos eleitos por voto direto. Abriu-se a grande imprensa (apesar de continuar a censura empresarial que os grandes meios sempre praticaram em benefício de seus interesses privados), iniciou-se um processo de instauração de um “neoliberalismo” — apenas um pomposo nome para o aprofundamento da internacionalização dos mercados nacionais — e generalizou-se nesses novos gover-

MAPA DO SISTEMA INTERCONECTADO E NODOS DA ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DAS COMUNICAÇÕES (APC)

Abril, 1992



nos um discursos de defesa da democracia.

Ampliando o espaço. Mesmo com todas as limitações e fragilidade desses processos de democratização (a demonstração recente dessa fragilidade está na ameaça continuada de golpe militar na Venezuela e no golpe peruano), é evidente que o espaço de atuação das organizações da sociedade civil ampliou-se significativamente, apesar de muitas ONGs ainda não terem entendido (ou assumido) a mudança de seu papel nessas novas situações políticas. Muitas, que em vários casos foram criadas como refúgios de intelectuais de oposição, continuam a cumprir o papel de centros de denúncia, mas sem estender seu alcance na direção da criação de novas propostas, novos

métodos de atuação para a mudança dentro do novo jogo democrático ou, ainda, buscar conhecer o que outras ONGs estão implementando. É preciso lembrar que algumas lideranças de ONGs “envelhecem” em seus refúgios.

Essa dificuldade de condução é agravada pela crise da cooperação internacional. O impacto sobre as ONGs do Sul é muito significativo, uma vez que elas não se caracterizam, ao contrário de muitas ONGs do Norte, pela auto-suficiência financeira — consequência também de sua origem sob regimes de força, mas sobretudo da pobreza de suas sociedades. Os canais tradicionais de apoio às ONGs do Sul estão em questão, os fluxos de recursos são reduzidos e/ou perdem sua autonomia relativa em relação aos programas

oficiais de ajuda ao desenvolvimento. O esforço de estimular as redes de ONGs busca também responder em forma coordenada a esse desafio. É um processo de aprendizado mediante o intercâmbio de experiências e da ação conjunta internacional.

Tudo aponta para programas comuns, soluções similares e apoio mútuo em nível internacional na ação das ONGs, o que requer, assim, estruturas orgânicas mais sólidas dos pontos de vista operacional e legal (a formação de associações nacionais de ONGs é uma resposta a essa necessidade) e a dinamização das redes.

Carlos A. Afonso é coordenador executivo do Ibase.

INFORMÁTICA E CULTURA

NOVAS TECNOLOGIAS: VELHOS PODERES?

Lídia Silva Freitas e Sidney Lianza

Podemos pensar a relação informática e cultura de variadas maneiras: desde as implicações nas concepções de mundo decorrentes da utilização da nova base técnica microeletrônica no trabalho, na educação e no lazer, até as repercussões na própria produção cultural.

Escolhemos abordar neste artigo as Novas Tecnologias de Comunicação (NTCs) — inter-relação entre televisão, computador e satélite — e as implicações político-culturais de seu uso na comunicação social. Nesta decisão prevaleceu não apenas a avaliação do que atinge potencialmente maior espectro social, mas também, pelas repercussões político-culturais, a atenção que é exigida, em caráter emergencial, dos movimentos populares no Brasil.

DA TECNO-UTOPIA À TECNO-OMISSÃO

A partir da década de 1980, testemunhamos no Brasil a introdução e difusão de NTCs: TV a cabo, TV por assinatura, emissoras em UHF, vídeo, transmissões via satélite, antenas parabólicas, formação de redes locais e remotas de computadores etc. Há diferentes avaliações sobre os desdobramentos dessa revolução tecnológica, que é mundial, para o desenvolvimento da comunicação e da democracia.

As NTCs, ao superarem várias limitações da tecnologia audiovisual tradicional — por exemplo, a distribuição de sinais de TV, que agora se amplia exponencialmente —, poderiam romper a tendência à concentração dos canais nas mãos de grandes

Os setores democráticos precisam entender, em toda a sua profundidade, o papel da cultura e dos meios de comunicação social na manutenção do status quo que gostariam de ver mudado. As tecnologias de comunicação estão sendo instrumentos para a criação de uma cultura transnacionalizada e para a saída da crise do sistema capitalista

redes. Essa concentração tem levado aos já conhecidos fenômenos de manipulação massificante da consciência coletiva, à descaracterização das culturas regionais etc.

Para os ideólogos e arautos da sociedade da informação ou sociedade pós-industrial, aquela revolução anuncia novos tempos: as novas tecnologias permitiriam a descentralização e diversificação dos emissores e a segmentação dos receptores de mensagens. Os meios audiovisuais tornar-se-iam mais pluralistas e democráticos. A desmassificação dos meios de comunicação levaria à comunicação horizontalizada entre pequenos grupos e comunidades de interesses específicos. Haveria uma radical ampliação da programação cultural disponível e seria o fim da passividade do consumidor de imagens, pela possibilidade da interação bidirecional com o veículo. A nova ordem audiovisual adviria de transformações tecnológicas: aos poderes públicos, movimentos sociais e comunidade acadêmica restaria facilitar os caminhos políticos e institucionais para que o “inevitável” ocorra.

Na contramão interpretativa das NTCs, há os que, constatando as ligações das mudanças nas comunicações com interesses industriais e de velhos setores da política dominante, crêem que as forças democráticas comprometidas com a cultura no

Brasil nada têm a tratar sobre o tema. Os setores democráticos em geral consideram que a questão das NTCs estaria ligada ao interesse de uma ínfima minoria da população, cabendo a eles as questões prioritárias de resolução de problemas básicos da sociedade, como alimentação, saúde, educação e habitação. Esquecem em suas reflexões o papel da cultura e dos meios de comunicação na manutenção do *status quo* que gostariam de ver mudado. Esquecem também a velocidade com que os meios de comunicação social se popularizam. Contribuem, dessa forma, para que a iniciativa no planejamento e na implantação das NTCs permaneçam exclusivamente nas mãos dos setores conservadores da sociedade.

A COBRA DE VIDRO

Esta imagem, usada tradicionalmente pelo movimento popular para designar sua capacidade de se multiplicar quando aparentemente ferido de morte, parece se aplicar bem aos setores que hoje detêm o poder sobre os meios tradicionais de comunicação de massa. O que poderia parecer o início do fim do monopólio informativo das grandes redes de TV do País, com a diversificação tecnológica constata-se uma igual diversificação da gama de formas de distribuição de sinais das mesmas forças detentoras daquele monopólio.

Apesar de a Constituição vigente ter estabelecido critérios de maior controle social na concessão de canais de TV e rádio, o governo tem conseguido contornar juridicamente esses dispositivos. Os critérios políticos, que transformam as concessões em moeda valiosa, por exemplo, continuam a vigorar na distribuição das TVs a cabo. O presidente alega que essas TVs, por tratarem-se de sistemas privados de circulação dirigida, não são regidas pela Constituição e não necessitam, assim, da chancela do Congresso para sua aprovação. Baseando-se no Código de Comunicações de 1962 e em portaria do ex-ministro Antônio Carlos Magalhães, Collor havia distribuído até 1991 mais de 40 concessões das 95 já dadas. De acordo com a revista *IstoÉ/Senhor*, os amigos do poder estão sendo convidados a apresentar projetos. Entre os concessionários estão a TV Salvador, retransmissora da Globo e de propriedade do governador ACM. No Maranhão, a concessionária pertence à família de José Sarney. O Grupo RBS, afiliado à Rede Globo, detém 17 das 43 concessões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em Minas, Felix Frahia, amigo pessoal de Roberto Marinho e advogado da Rede Globo, foi contemplado, juntamente com outros conhecidos empresários.

A "REVOLUÇÃO" NEOLIBERAL NAS COMUNICAÇÕES

Que há uma revolução tecnológica ocorrendo nas comunicações em geral e nos meios de comunicação social em particular, não há dúvida. Porém, para uma verdadeira revolução na comunicação, o caminho é mais complexo.

O discurso tecno-utópico empana vários aspectos da realidade: repete as promessas de democratização e igualdade social não cumpridas pela era industrial; esconde que não ocorreu uma mudança real nas práticas e regras da interação comunicacional entre emissores e receptores de men-

sagens; faz com que a reflexão concentre-se na tecnologia dos canais de comunicação e não no conteúdo quantitativo e qualitativo da informação.

Theodore Roszak, um dos teóricos da contracultura norte-americana e estudioso das novas tecnologias, denuncia o discurso dos setores mais conservadores dos Estados Unidos que pleiteiam a construção de uma sociedade da informação apoiada nas novas tecnologias. Esse discurso acena para a sociedade com as vantagens da indústria limpa, automática e menos agressiva ao meio ambiente. Porém, como mostra Roszak, quem o elabora está articulado aos interesses das grandes corporações do setor de telecomunicações e de informática, além do complexo militar e do Pentágono, com o seu mirabolante projeto Guerra nas Estrelas. O discurso também não revela a disputa pelo poder entre os setores *high tech* e os sindicatos e políticos ligados aos interesses dos setores industriais tradicionais. Qualquer semelhança com nosso presidente *high tech* não é mera coincidência...

Muito além dos discursos, nota-se em nível mundial uma crescente mercantilização da cultura em geral que, no caso dos meios de comunicação social, transparece na tendência — também mundial — à privatização. Se essa é uma situação nova para a maioria dos países europeus, no Brasil, onde os meios de comunicação social, desde sua origem, estão apoiados em uma filosofia de mercado, a tendência é mais difícil de per-

PRIVATIZAÇÃO DA TV EDUCATIVA

"Hoje já existem 520 emissoras de TVs educativas espalhadas pelo Brasil. Essas TVEs estão se constituindo mediante fundações locais, que entraram com pedido de canal junto ao Ministério da Educação porque, de acordo com a lei atual, o Ministério tem o poder de emitir concessões de TVs educativas sem passar pelo Congresso, pois elas são consideradas de interesse público privado. Isto está previsto no Código de Telecomunicações. Para pedir um canal de TVE, forma-se uma fundação na qual empresários locais se aliam a prefeituras. Uma vez instalada, a emissora começa a retransmitir um determinado número de horas de programação da cabeça de rede nacional da TVE, preenchendo os espaços restantes com jornalismo e programas locais, classificados eufemisticamente de produção comunitária. Só no estado de São Paulo já existem 44 destas televisões funcionando como retransmissoras da TVE.

"(...) Os empresários que entraram no negócio das TVs educativas o fizeram convencidos por pessoas de dentro do Ministério da Educação de que, uma vez instalada a rede de emissoras, elas vão ser privatizadas. (...) Quer dizer, toda uma rede de emissoras está sendo implantada no País usando um subterfúgio da Constituição."

Fonte: Regina Festa. Entrevista à revista PG, 7(74):18-21. Rio, IBASE, out./nov. 1991. p.19

ceber. Isso agravaría a concentração dos diversos meios de comunicação em poucas mãos e fortaleceria a expansão de corporações transnacionais no campo cultural do País. Segundo alguns estudos, no final da década de 1990 apenas três dezenas de megaempresas controlarão as redes mundiais de informação e entretenimento (programas para TV e rádio, produtoras e distribuidoras de filmes, editoras de jornais, revistas e livros).

A indústria da informação, além de constituir a grande saída para a retomada da acumulação capitalista no âmbito mundial, forneceria a saída política para a crise, auxiliando a produzir consenso rumo a uma nova "consciência mundial" e à diluição da fronteiras dos Estados-Nações, pela via de uma cultura transnacionalizada. Removeria, assim, os obstáculos à integração crescente das economias nacionais e à nova divi-

USO DA TV A CABO

"A legislação brasileira sobre TV a cabo é montada sobre a proposta de norma editada pela Portaria 51 da Secretaria Nacional de Comunicações, de 3 de junho de 1991. Ela prevê o acesso público obrigatório e acompanha algumas das melhores idéias da regulamentação norte-americana. No Brasil, TV a cabo é permissionária da União através do Secretário Nacional de Comunicações. A área de operação de cada sistema é definida de acordo com as propostas recebidas, mediante certas restrições de população e número de sistemas outorgados a cada permissionário. Cada operador, no entanto, é obrigado a reservar pelo menos um canal ao governo municipal, estadual ou federal; outro destinado à programação educativa; um terceiro 'reservado ao uso da comunidade servida pelo sistema'; e pelo menos 15% do total de canais consignados ao operador são necessariamente destinados ao uso de entidades não-filiadas a ele, operador."

Fonte: Nelson Hoinéff. *TV em expansão: novas tecnologias, segmentação, abrangência e acesso na televisão moderna*. Rio, Record, 1991. p.61.

são internacional do trabalho. O discurso desregulacionista e privatista também invade o campo cultural, aumentando os espaços de ação dos grandes grupos, já que não há mão invisível que consiga equilibrar mercados monopolizados e protegidos por poderosos interesses políticos.

A desmassificação e segmentação podem até ocorrer, não como reflexo de uma diferenciação democrática dos emissores de mensagens, mas de um projeto de sociedade fracionada em mil movimentos, atomizada e não solidária.

ALTERNATIVAS

Há muito é apontado o enclausuramento das forças progressistas na Galáxia Gutemberg, isto é, suas dificuldades em utilizar — e pensar — os meios de comunicação não-impresos. Se antes da implantação das NTCs isso já se mostrava como uma limitação, hoje assume caráter dramático.

A alarmante omissão dos profissionais de comunicação, aliada à desinformação da sociedade civil e

agravada, ainda, pela lentidão dos setores progressistas no Congresso, contribui para que as conquistas obtidas no texto constitucional permaneçam como letra morta. Várias conquistas — pluralismo nas concessões de canais, participação da sociedade no controle da informação e das mensagens e produção regionalizada da cultura e da informação — não foram regulamentadas.

No que se refere à produção comunitária, o Brasil possui algumas experiências interessantes, porém veiculadas de forma restrita ou alternativa: TV Viva (Recife), TV Maxambomba (Baixada Fluminense) e algumas estações-piratas no Rio de Janeiro e São Paulo. As garantias legais de difusão da produção comunitária no Brasil padecem de dois males fatais: a já citada falta de regulamentação dos artigos constitucionais que as baseiam, gerando brechas na legislação para usos diversos dos verdadeiramente comunitários, e a desinformação dos

próprios movimentos sociais sobre seus direitos e formas de exercê-los.

Regina Festa, professora da Escola de Comunicação e Artes da USP, alerta que "as forças progressistas ainda transladaram para a revolução tecnológica em curso as mesmas desconfianças com que já se opuseram ao advento do maquinismo no século XIX e aplicam categorias de análises próprias ao maniqueísmo e à ação valorativa". Enquanto isso persistir, a iniciativa da política de comunicações para o País continuará sendo determinada sem obstáculos apenas pelos interesses industriais, militares e do grupo do poder.

Para uma verdadeira transformação desse quadro, caberia aos setores progressistas não apenas seguir na denúncia do atual monopólio dos emissores de mensagens, mas também agir positivamente na conquista de poder e espaços, nos tradicionais e nos novos meios de comunicação social.

Lídia Silva de Freitas é documentalista do CEDI, mestre em Ciência da Informação e professora da Universidade Federal Fluminense.

Sidney Lianza é professor de Informática e Sociedade nas Faculdades Integradas Hélio Alonso, membro da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação da CUT e doutorando em Engenharia de Produção na COPPE-UFRJ.

DÍVIDA CONTRA O DIREITO

João Luiz Duboc Pinaud

Trata-se do primeiro trabalho, do ponto de vista jurídico, que analisa de forma profunda e sistemática a engrenagem jurídica e legal na qual se assenta afrontosamente o endividamento externo brasileiro.

Pinaud é professor de Direito da Universidade Federal Fluminense, coordenador da comissão de "Estudos sobre a Dívida Externa" da OAB e colaborador do CEDI.

Pedidos para o Setor de Distribuição do CEDI
Rua Santo Amaro, 129 CEP 22221 Rio de Janeiro RJ
Av. Higienópolis, 983 CEP 01238 São Paulo SP



RIO-92: À ESPERA DE RESULTADOS

Lais Menezes

A menos de 60 dias da Rio-92, o Jornal da Tarde (SP) publicou uma pesquisa de opinião, encomendada ao Ibope, sobre o "Brasileiro e a Ecologia". Pioneiro, o levantamento mostrou resultados que indicaram alto grau de interesse pelo meio ambiente e, também, grande desconhecimento sobre o assunto. A maioria dos entrevistados revelou que nunca ouvira falar no evento que representou o maior acontecimento deste ano para o mundo inteiro — a Rio-92. Apenas 34% sabia o que era a conferência e, ainda assim, somente 12% conhecia os temas que foram abordados.

Após esclarecimentos sobre o evento, fornecidos pelo pesquisador,

uma constatação: 55% dos entrevistados esperavam que a Rio-92 discutisse as dificuldades econômicas. Nada de novo se pensarmos na enorme pressão cotidiana que a crise econômica impõe à sobrevivência dos brasileiros: desemprego, inflação, deterioração da qualidade de vida.

Indo um pouco além, no entanto, constata-se que um dos temas mais polêmicos da Rio-92 foi, exatamente, a relação economia/meio ambiente ou, com um pouco de eufemismo, desenvolvimento e preservação ambiental.

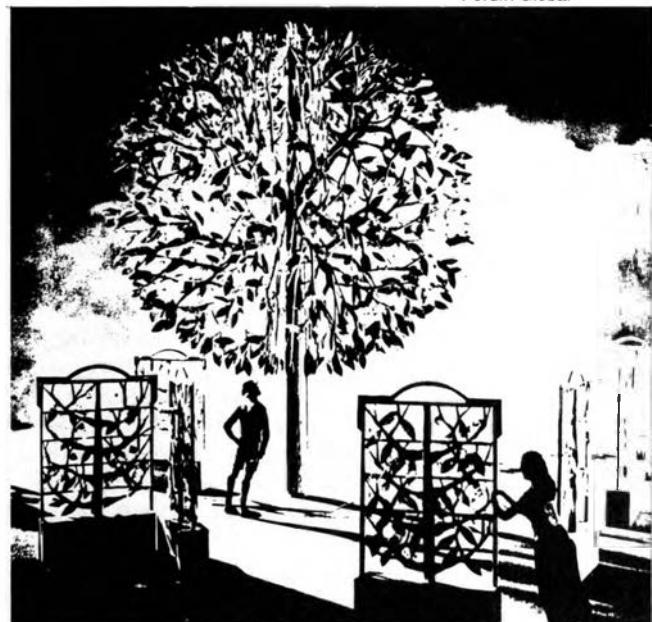
A ONU deu o mote no relatório *Nosso Futuro Comum*: a pior degradação ambiental é a pobreza; o modelo desenvolvimentista do pós-guerra gerou muita riqueza às custas de uma imensa miséria e degradação ambiental no mundo; é preciso que desenvolvimento e meio ambiente não sejam antagônicos.

Mas quem proporcionará os recursos para implementar uma nova ordem ambiental, um desenvolvimento ambientalmente sustentável? Como resgatar a dívida da miséria no mundo?

Estas indagações suscitam a dúvida do que realmente esteve em jogo na Rio-92. E não é fácil responder sem correr o risco de incorrer em simplificações.

Após a quarta e última reunião preparatória para a conferência, realizada em março, em Nova York, o otimismo cedeu lugar ao pessimismo. Começou a ficar evidente que seria uma tarefa complexa reunir o mundo para decidir sobre a sua so-

Forum Global



A "Árvore da Vida" reuniu milhares de compromissos, em formato de folhas, pela causa do meio ambiente

brevivência e a escolha de qual futuro (e presente) deseja-se. Durante os 30 dias de reunião, destinados a preparar as convenções e os acordos, o que foi noticiado foram os fracassos nas negociações, os impasses, a intransigência dos Estados Unidos, as ameaças de não-comparecimento de líderes importantes ao evento.

Frustaram-se as intenções da ONU de que a conferência fosse uma grande comemoração do consenso já estabelecido. Muita coisa ficou para ser resolvida (ou não) no

SALVAR O PLANETA CUSTARÁ US\$ 500 BILHÕES

A ONU calcula que serão necessários cerca de US\$ 500 bilhões até o ano 2000 apenas para colocar em prática os programas aprovados na Rio-92. Desse montante, pelo menos US\$ 125 bilhões — soma quase igual ao total da dívida externa brasileira — poderiam ser alocados por meio de financiamentos internacionais do tipo concessional (doações ou empréstimos a juros baixos).

Esta primeira estimativa oficial feita pela ONU consta de um documento que tomou como base os prováveis programas da Agenda 21. O documento sugere que os países ricos cancelam boa parte da dívida externa dos países em desenvolvimento, aumentem a ajuda oficial que dão aos pobres (dos atuais 0,35% para, pelo menos, 1% do PIB) e, finalmente, mudem suas prioridades desviando os gastos em defesa para programas de proteção ambiental e de desenvolvimento.

Não há, porém, motivos de comemoração para os países pobres, pois a maior parte do dinheiro para custear os programas da Rio-92 terá que sair de seus próprios orçamentos ou dos bolsos do setor privado. Cada país, de acordo com o documento, terá que fazer um esforço extra para atingir o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Aconteceu/CEDI, nº 584, 7/2/92

Rio de Janeiro. A declaração máxima — a “Carta de Terra” (princípios e compromissos para a preservação do planeta) — perdeu força e expressão enquanto base de um acordo internacional por conta das divergências e impasses. Transformou-se na “Declaração do Rio”, representativa do consenso possível. E a Agenda 21 (um programa de ação para implementar o desenvolvimento sustentável) também não avançou muito.

Refrescando a memória: a Rio-92 deveria, além da (ex) “Carta da Terra” e Agenda 21, gerar convenções sobre alterações climáticas, biodi-

gências e, muitas vezes, contradições.

Os países ricos se recusam a arcar com o ônus maior da poluição do mundo, provocada pelo estilo de desenvolvimento que fez a sua riqueza. Recusam-se, também, a negociar relações de trocas mais favoráveis aos países pobres quanto à transferência de tecnologias limpas, exigidas pela nova sustentabilidade do planeta. Insistem em leis uniformes e globais para a propriedade de direitos e patentes sobre recursos biológicos e a biodiversidade, em sua maioria localizados no Terceiro Mundo.

Os países pobres denunciam que as proposições de uma “nova ordem” escamoteiam um *apartheid* ambiental no qual os ricos garantiriam um crescimento limpo, deixando para os pobres a miséria e a poluição. Reivindicam a soberania sobre seus recursos naturais; necessitam de recursos financeiros e acesso a tecnologias novas; precisam superar o impasse da dívida externa que consome recursos e transfere cada vez mais riqueza para o Norte.

A ONU fornece dados alarmantes sobre a deterioração da qualidade de vida no planeta e sobre os recursos necessários para a sua despoluição. Estima que seriam necessários cerca de 125 bilhões de dólares para limpar o meio ambiente nos países pobres e 500 bilhões de dólares, até o ano 2000, para colocar em prática os programas que deverão ser implementados após a conferência. Sugere que seja atribuída uma responsabilidade diferenciada aos países pelos danos à natureza, instituindo-se o princípio do poluidor-pagador. Pagar mais pela poluição do mundo não agrada aos países ricos. Os fundos para o financiamento da despoluição do planeta continuariam, para o G-7, sob a tutela da ONU, o já existente GEF (fundo global para o meio ambiente). O grupo dos 77, no entanto, gostaria de ver implementado um novo fundo verde, em que o poder de decisão fosse mais equitativo.

A convenção sobre florestas corre o risco de transformar-se em um mero acordo pois os países pobres recolocam a questão da soberania e não aceitam que suas florestas nacionais se transformem em recursos internacionais.

A convenção sobre alterações climáticas sofre oposição dos EUA que não aceitam limitações sobre a intensiva queima de combustíveis fósseis em seu país.

As divergências sobre um “futuro comum” são grandes e indicam uma obviedade: o futuro está inserido no complexo quadro da “des-ordem” global. A Rio-92, porém, delimita o início de um processo.

Este processo deixa para a sociedade civil uma marca indelével. Para o evento paralelo, o Fórum Global, a diversidade impõe o diálogo. E não é para menos. Nunca organizações com interesses e culturas tão diferentes se encontraram, reunindo Sul e Norte, pobre e rico, índios, ambientalistas, desenvolvimentistas, religiosos. Ainda que o papel das ONGs no mundo atual seja objeto de controvérsias, o Fórum de ONGs caminha para a institucionalização, sugerindo a criação de um organismo internacional de coordenação. Tal organismo, de acordo com a proposta, deverá superar o simples papel de “cobrança” para assumir um programa comum em prol da preservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida no planeta. A aprovação de uma Carta da Terra alternativa e assinatura de tratados expressam esta preocupação e definiram as atividades e os compromissos da sociedade civil.

Para uma avaliação do significado de todo este processo desencadeado pela Rio-92, nada melhor do que acompanhar os resultados.

QUALIDADE DE VIDA PIOROU NOS ÚLTIMOS ANOS

O estudo “O estado do meio ambiente 1972-1992: a salvação do nosso planeta”, feito pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para a Rio-92, indica que a qualidade de vida caiu vertiginosamente nos últimos 20 anos e as reservas naturais tiveram drástica redução.

O documento apresenta dados alarmantes como:

- a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, responsável pelo efeito-estufa, aumenta 0,5% por ano;
- a temperatura média da terra subiu cerca de 0,6% desde o início do século, e se não forem tomadas medidas drásticas, aumentará 1,2 grau até o ano 2000;
- a camada de ozônio — que protege a Terra dos raios ultravioletas do sol — está diminuindo 0,26% por ano;
- cerca de 6,5 milhões de toneladas de dejetos são lançados no mar e nos rios todos os anos;
- a cada ano sete milhões de hectares de terras cultiváveis são perdidas devido à erosão e à desertificação.

Fonte: Aconteceu/CEDI, nº 585, 21/2/92

versidade, florestas e acordos sobre transferência de tecnologias e recursos financeiros, entre outros resultados.

Pode-se dizer que todos esses temas são objeto de controvérsias entre ricos e pobres. Recorre-se a esta simplificação — ricos e pobres (grupo dos sete países mais industrializados: EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Canadá, Itália e Japão) e grupo dos 77 menos industrializados, para facilitar a exposição. Fica subentendido que as posições não são tomadas em bloco. Existem diver-

Lais Menezes é economista e integra o Projeto Especial de Meio Ambiente do CEDI.

CARTA ÀS IGREJAS

Declaração do Conselho Mundial de Igrejas sobre os 500 anos da chegada dos europeus à América Latina, emitida no Chile em 25 de março, no final da reunião do seu Comitê Executivo

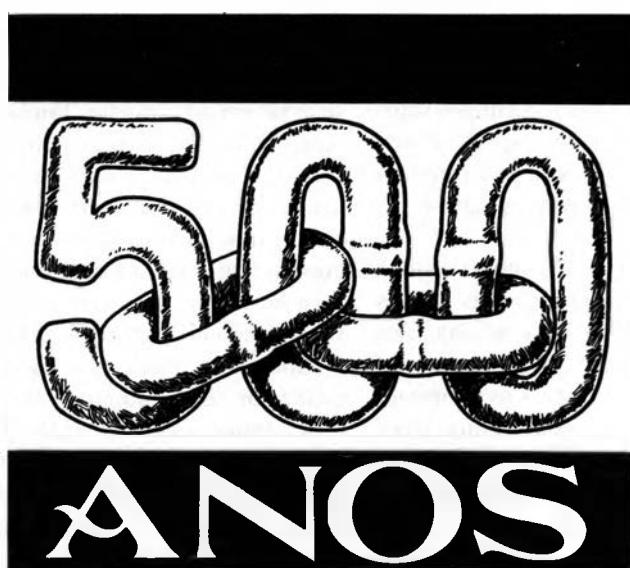
Nós, membros do Comitê Executivo do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas, temos estado nestas terras da América Latina com sua gente, sua história, sua cultura e suas tradições. Temos experimentado junto a nossas igrejas irmãs os sofrimentos, as esperanças e os desafios que esta hora demanda de todos nós.

Reunimo-nos em Santiago do Chile no momento em que as igrejas, os movimentos ecumênicos, os aborígenes, as comunidades negras e os movimentos populares, sociais e políticos da América Latina e do Caribe estão envolvidos, de uma forma ou de outra, nas comemorações dos 500 anos da chegada dos espanhóis à América, em meio a sinais contraditórios. Estamos impressionados e temos sido desafiados pela capacidade e vontade destes povos em resistir aos intentos de serem erradicados, e a persistência em preservar os valores de sua cultura. Durante esses dias escutamos as vozes, tantas vezes silenciadas, dos aborígenes; temos compartilhado os lamentos do cativeiro que vêm das comunidades negras; temos orado com os marginalizados do campo e das cidades; e nos confraternizamos com as mulheres e jovens sempre esquecidos. Vozes que falam de luzes de esperança e de sombra de morte na história desses povos e que nos desa-

fiam, a partir de nosso ministério, com e a partir dos pobres, a encontrar respostas pastorais nestes momentos difíceis. Sem respostas valentes e plenas de amor frente às injustiças do passado e do presente, o Evangelho não poderia ser “boas-novas” para a vida desses povos e de sua gente esquecida.

Direitos dos povos indígenas. Nosso Senhor, citando o profeta Isaías, proclamou, com poder, uma mensagem de esperança: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porquanto me ungiu para levar a boa notícia aos pobres, me enviou a anunciar libe-

Justiça para os povos negros. Não podemos esquecer nesta história dos homens e mulheres que, trazidos à força da África, semearam e cortaram a cana-de-açúcar, colheram o café e o algodão e que foram explorados até à morte nas minas e construções. Quanta riqueza perdeu a África nessa aventura européia. Quanta riqueza humana, cultural, religiosa e social as comunidades negras trouxeram ao Caribe e à América Latina. Hoje, quando o racismo aparece com redobrada violência, os povos negros, com sua beleza e contribuição, têm o direito de ser reconhecidos como componentes integrais do mosaico maravilhoso destas regiões.



dade aos presos e dar vista aos cegos, a pôr em liberdade os oprimidos, a anunciar o ano favorável do Senhor” (Lc 4.18-19).

O amor de Cristo nos impulsiona a reconhecermos o direito dos povos indígenas de viver de acordo com sua identidade. Reafirmamos que o direito à sua terra, seu idioma, sua história, sua cultura, sua religião e suas próprias organizações deve ser preservado.

rios que, nos termos da justiça e amor, a obra evangelística propiciou. Ao mesmo tempo, as esperanças que suscitaram por meio do Evangelho, por meio da pregação do Evangelho, não foram acompanhadas pelos conquistadores e colonizadores com uma prática consequente. A evangelização tem estado submetida às vicissitudes da história, razão por que não há espaço para triunfalismos. Pelo contrário, é hora de confissão, arrependimento e conversão.

Desafios da evangelização. Em fidelidade ao propósito de Deus, a evangelização hoje em dia é desafiada a contribuir na derrubada dos muros entre os cristãos e a reforçar a unidade entre os povos. Reunidos em 1992, nos alegramos pelos novos ares de democracia e liberdade que sopram no continente americano. Confiamos que esta nova situação permita aos marginalizados a plena participação na determinação de seu futuro. Entretanto, nos alarma e entristece ser testemunhas de quadros dramáticos de pobreza, de agudas diferenças sociais e econômicas, de altos índices de desemprego, de carência de serviços educacionais e de saúde em que vivem grandes setores dos povos latino-americanos e caribenhos. Essa realidade é compartilhada por outros povos pobres em diversas partes do mundo. Hoje milhões de pessoas vivem debaixo da angústia do que irão comer, beber ou com que se vestir. A amplos setores dessa sociedade, especialmente às mulheres, se lhes nega o direito a realizar-se como seres humanos.

A voz das igrejas. Frente à morte, à violência e à exploração, as igrejas não podem permanecer caladas. Eles têm que proclamar liberdade que signifique boas-novas para os pobres no sentido de sua dignidade como seres humanos. A luta pela liberdade exige políticas econômicas e sociais baseadas na justiça.

As igrejas são convidadas a reexaminar sua história e a reforçar seu compromisso em favor da vida e a trabalhar para que nas novas relações mundiais os pobres e marginalizados não sejam esquecidos

Estes 500 anos nos ensinam que as igrejas estão chamadas a se comprometer com os pobres e oprimidos, com os que são sacrificados no altar do consumismo e do crescimento econômico, com suas lutas pelo direito à vida.

“Descobrimento” da América, exploração do Sul e uma contínua política de comércio injusta são causas, entre outras, dos processos de desigualdades e de injustiças entre Norte e Sul que vivemos hoje e que se agravam no presente. Também na América do Norte, nossos irmãos e irmãs, os povos nativos norte-americanos, os povos da terra, os afro-americanos trazidos em barcos de escravos, têm sofrido e continuam sofrendo as mesmas indignidades. Desgraçadamente, muitos na Europa e América do Norte não têm consciência de sua responsabilidade histórica frente a esta situação. Para a Europa, 1992 significa um intento de vida comunitária, principalmente econômica, que afetará a vida social

e política dos povos europeus. Se esses processos de unidade levantam expectativas, se o conflito Leste-Oeste é algo do passado, pelo qual damos graças a Deus, no Sul muita gente é excluída nas relações Norte-Sul.

Reexaminando a história. Fazemos um chamamento aos povos ricos do Norte a reconhecerem o pecado histórico que tem significado o privar a grande parte da humanidade do direito à sua plena realização como filhos e filhas de Deus. Em atitude de arrependimento, as igrejas são convidadas a reexaminar sua história e a reforçar seu compromisso em favor da vida e a trabalhar para que nas novas relações mundiais os pobres e marginalizados não sejam esquecidos.

Este é um período de reparação. É a hora de deixarmos nossas ofertas no altar e irmos ao encontro do outro/outra para a reconciliação. Esta reconciliação requer ações concretas no plano da justiça econômica e social, da justiça racial, etc. Esta é uma data eminentemente ecumênica.

Perdão. Confessemos, conjuntamente, nossas culpas unidas ao Cristo da vida e busquemos caminhos de esperança. Todos estamos sendo convocados a tomar medidas específicas na busca da justiça e da paz.

Muitos são os desafios para as igrejas. Oremos e nos acompanhemos mutuamente em nossa tarefa evangelizadora de proclamar as boas-novas, as novas de perdão e vida para todos. Levantemos nossas vozes de esperança, recobremos a memória do passado. Lutemos pela justiça e pela paz no presente e vislumbremos juntos esse futuro de incógnitas e de promessas com imaginação, criatividade e fé. O texto messiânico nos convoca hoje, como igrejas, no ano de 1992: “Eu, o Senhor, te chamei e te tomei pela mão para que sejas instrumento de salvação” (Is 42.6).

TEOLOGIA AFRICANA / Uma introdução

Gabriel M. Setiloane

Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista
São Bernardo do Campo / SP

“Embrulhado como está, em ataduras ocidentais, o Cristianismo é difícil de digerir dentro do contexto africano. O que tem acontecido na África é que os cristãos africanos têm vivido em dois níveis: o nível de sua visão de mundo tradicional africana e o nível da cultura ocidental.” O livro apresenta, de forma simples mas consistente, as principais características da Teologia Africana.

Gabriel Molehe Setiloane é pastor metodista e professor adjunto no Departamento de Estudos de Religião, da Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul.



BRASILEIRO GANHA PRÊMIO INTERNACIONAL PELO APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

Carlos Alberto Ricardo, integrante da coordenação executiva do CEDI e coordenador de um dos programas mais antigos da entidade — Povos Indígenas no Brasil —, recebeu no dia 27 de abril, em São Francisco (Estados Unidos), o Prêmio Goldman 92, por seu trabalho, de mais de 20 anos, de documentação e informação em apoio às lutas dos povos indígenas por direitos permanentes no Brasil.

O “Goldman Environmental Prize” é um projeto da *Goldman Environmental Foundation*, fundação norte-americana que desde 1951 apoia organizações ambientalistas e estimula iniciativas locais de proteção e monitoramento ambiental na Califórnia. O Prêmio Goldman foi criado em 1989 pela fundação e, a cada ano, cinco pessoas (uma de cada continente) são escolhidas para recebê-lo.

Beto Ricardo foi escolhido por um júri que tomou a decisão após consulta a uma rede de 18 organizações ambientalistas de reconhecimento internacional e a um corpo de consultores de 25 países. Junto com ele, receberam o prêmio a canadense Colleen Mccrory, por sua luta na preservação das florestas; a francesa Christine Jean, por sua liderança na preservação do rio Loire, na Europa; o africano da Costa do Marfim, Wadja Egnankou, pelos esforços para preservar florestas de mangue no litoral do seu país; o indiano Medha Patkar, por sua luta contra a construção de barragens que provocariam o deslocamento de mais de um milhão de pessoas; e Senator Jeton Anjain, das Ilhas Marshall, pelo trabalho de liderança junto a seu povo em um deslocamento para fugir dos efeitos radioativos de testes nucleares realizados pelos Estados Unidos.

Beto Ricardo é antropólogo, formado pela USP, e um dos fundadores do CEDI, em 1974, instituição na qual tem desenvolvido a maioria dos seus trabalhos. É membro fundador da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) e diretor do Núcleo de Direitos Indígenas de Brasília. Suas atividades de investigação e divulgação de informações e campanhas públicas de apoio aos índios tiveram início em 1970, quando o governo militar ditatorial lançou o Plano de Integração Nacional e o extenso programa de obras de infra-estrutura na Amazônia. Nessa ocasião, não havia informações organizadas e disponíveis publicamente sobre a situação dos índios no Brasil, uma vez que o Estado, detentor da maioria das informações, não as socializava.

Beto liderou investigações que permitiram ampliar essa visibilidade por parte da sociedade civil brasileira, a partir de uma extensa rede de colaboradores (antropólogos, missionários, indigenistas, fotógrafos, profissionais de saúde e índios). Essas informações e análises sobre cerca de 200 povos indígenas do País passaram a ser divulgadas e multiplicadas no Brasil e no exterior como material de apoio aos direitos indígenas.

Ainda sob sua coordenação, em 1987 o CEDI divulgou, juntamente com a Coordenação Nacional dos Geólogos, os resultados pioneiros de

uma pesquisa que revelou a incidência de interesses de empresas de mineração em terras indígenas na Amazônia.

Desde 1988, em convênio com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o CEDI mantém um banco de dados informatizado e atualizado sobre todas as terras indígenas no País, que permite monitorar a ação governamental nessa área e apoiar demandas indígenas pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Atualmente, a entidade está implantando um banco de dados cartográficos, me-

F. Otoni / CEDI



Beto Ricardo, no CEDI, com lideranças indígenas

diante um sistema geográfico de informações computadorizadas, com interface para processamento de imagens de satélite. O projeto visa apoiar iniciativas indígenas de vigilância dos limites das terras que ocupam e de manejo de recursos naturais.

Ao receber o prêmio, Beto Ricardo denunciou a paralisação dos projetos de demarcação de terras indígenas no Brasil. O antropólogo decidiu doar o prêmio de 60 mil dólares ao CEDI.

AS RAZÕES DO AMOR

Os místicos e os apaixonados concordam em que o amor não tem razões. Angelus Silésius, místico medieval, disse que ele é como a rosa: "A rosa não tem 'porquês'. Ela floresce porque floresce".

Drummond repetiu a mesma coisa no seu poema As Sem-Razões do Amor. É possível que ele tenha se inspirado nesses versos mesmo sem nunca os ter lido, pois as coisas do amor circulam como o vento.

"Eu te amo porque te amo..." — sem razões... "Não precisas ser amante, e nem sempre sabes sê-lo."

Meu amor independe do que me fazes. Não cresce do que me dás. Se fosse assim ele flutuaria ao sabor dos teus gestos. Teria razões e explicações. Se um dia teus gestos de amante me faltassem, ele morreiria como a flor arrancada da terra.

"Amor é estado de graça e com amor não se paga".

Nada mais falso do que o ditado popular que afirma que "amor com amor se paga". O amor não é regido pela lógica das trocas comerciais. Nada te devo. Nada me deves. Como a rosa que floresce porque floresce, eu te amo porque te amo.

"Amor é dado de graça, é semeado no vento, na cachoeira, no eclipse. Amor foge a dicionários e a regulamentos vários... Amor não se troca... Porque amor é amor a nada, feliz e forte em si mesmo..."

Drummond tinha de estar apaixonado ao escrever estes versos. Só os apaixonados acreditam que o amor seja assim, tão sem razões. Mas eu, talvez por não estar apaixonado (o que é uma pena...), suspeito que o coração tenha regulamentos e dicionários, e Pascal me apoiaaria, pois foi ele quem disse que "o coração tem razões que a própria razão desconhece". Não é que faltem razões ao coração, mas que suas razões estão escritas numa língua que desconhecemos.

Destas razões escritas em língua estranha o próprio Drummond tinha conhecimento, e se perguntava: "Como decifrar pictogramas de há dez mil anos sem nem sei decifrar minha escrita interior? A verdade essencial é desconhecido que me habita e a cada amanhecer me dá um soco". O amor será isto: um soco que o desconhecido me dá?

Ao apaixonado a decifração desta língua está proibida, pois se ele a

Marta Strauch



entender, o amor se irá. Como na história de Barba Azul: se a porta proibida for aberta, a felicidade estará perdida. Foi assim que o paraíso se perdeu: quando o amor — frágil bolha de sabão —, não contente com sua felicidade inconsciente, se deixou morder pelo desejo de saber. O amor não sabia que sua felicidade só pode existir na ignorância das suas razões. Kierkegaard comentava o absurdo de se pedir dos amantes explicações para o seu amor. A esta pergunta eles só possuem uma resposta: o silêncio. Mas que lhes peça simplesmente falar sobre o seu amor — sem explicar. E eles falarão por dias, sem parar...

Mas — eu já disse — não estou apaixonado. Olho para o amor com olhos de suspeita, curiosos. Quero decifrar sua língua desconhecida. Procuro, ao contrário do Drummond, as cem razões do amor...

Vou a Santo Agostinho, em busca de sua sabedoria. Releio as Confissões, texto de um velho que meditava sobre o amor sem estar apaixonado.

Possivelmente aí se encontre a análise mais penetrante das razões do amor jamais escrita. E me defronto com a pergunta que nenhum apaixonado poderia jamais fazer: “Que é que eu amo quando amo o meu Deus?” Imaginem que um apaixonado fizesse essa pergunta à sua amada: “Que é que eu amo quando te amo?” Seria, talvez, o fim de uma estória de amor. Pois esta pergunta revela um segredo que nenhum amante pode suportar: que ao amar a amada o amante está amando uma outra coisa que não é ela. Nas palavras de Hermann Hesse, “o que amamos é sempre um símbolo”. Daí, conclui ele, a impossibilidade de fixar o seu amor em qualquer coisa sobre a terra.

Variações sobre a impossível pergunta: “Te amo, sim, mas não é bem a ti que eu amo. Amo uma outra coisa misteriosa, que não conheço, mas que me parece ver aflorar no seu rosto. Eu te amo porque no teu corpo um outro objeto se revela. Teu corpo é lagoa encantada onde reflexos nadam como peixes fugidios... Como Narciso fico diante dele... ‘No fundo de tua luz marinha nadam meus olhos, à procura...’ (Cecília Meireles). Por isto te amo, pelos peixes encantados...

Mas eles são escorregadios, os peixes. Fogem. Escapam. Escondem-se. Zombam de mim. Deslizam entre meus dedos.

Eu te abraço para abraçar o que me foge. Ao te possuir alegro-me na ilusão de os possuir. Tu és o lugar onde me encontro com esta outra coisa que, por pura graça, sem razões, desceu sobre ti, como o Vento desceu sobre a Virgem Bendita. Mas, por ser graça, sem razões, da mesma forma como desceu poderá de novo partir. Se isto acontecer deixarei de te amar. E minha busca recomeçará de novo...”

Esta é a dor que nenhum apaixonado suporta. A paixão se recusa a saber que o rosto da pessoa amada (presente) apenas sugere o obscuro objeto do desejo (ausente). A pessoa amada é metáfora de uma outra coisa. “O amor começa por uma metáfora”, diz Milan Kundera. “Ou melhor: o amor começa no momento em que uma mulher se inscreve com uma palavra em nossa memória poética”.

Temos agora a chave para compreender as razões do amor: o amor nasce, vive e morre pelo poder — delicado — da imagem poética que o amante pensou ver no rosto da amada...

ENTRE DESERTOS E JARDINS

Ana Maria Gallazzi

Nestes últimos anos, novas palavras entraram em nosso vocabulário quotidiano: ecologia, meio ambiente, preservação da natureza... O que a Bíblia tem a ver com isso tudo? Não podemos transferir nossas preocupações de hoje aos textos bíblicos, escritos tantos e tantos anos atrás. Nem devemos querer que a Bíblia nos traga respostas e receitas para os nossos problemas de hoje. Não podemos manipular os textos sagrados, conforme nossos interesses! A natureza, que hoje nos parece uma velha caduca que deve ser defendida de todo jeito, naqueles tempos era ainda uma moça exuberante e cheia de vida, que até precisava ser refreada e controlada.

Mesmo assim, as páginas bíblicas que refletem o ambiente camponês, mais vinculado econômica e culturalmente à natureza, têm algo a dizer sobre ecologia, sim! Nos textos sagrados existem palavras, imagens e ambientes que possuem um forte sabor ecológico. Encontramos fatos e situações que, se não nos trazem respostas prontas, nos dão critérios e nos oferecem pistas para, hoje, encontrarmos nossas respostas!

Por isso, nossa reflexão partirá de duas imagens que na Bíblia costumam se apresentar como antagonistas e que resumem dentro de si todo o esforço da caminhada do povo: o deserto e o jardim. Caminharemos pelos desertos e passearemos pelos jardins e neles encontraremos homens e mulheres que viveram essa contradição. As vidas, derrotas e vitórias deles têm algo a nos ensinar.

UM JARDIM BONITO E UM CASAL (Gênesis 2,4b-3,24)

Esse é o primeiro jardim que encontramos no Livro Sagrado. Ele nasce pela ação de Deus que vence o deserto, sinal do nada, da não-existência. Deus o plantou para que o homem tivesse um lugar para ficar. É um jardim bonito, cheio de vida e de fartura. Beleza e fartura entregues ao homem, para que delas possa usufruir!

Mas a natureza inteira não está completa, nem a felicidade do homem plena. O jardim farto e a fome saciada não bastam. Falta alguém para que o homem esteja bem, para que ele seja bom. E Deus dá forma à mulher, “osso de meus ossos e carne de minha carne”, como diz o homem ao recebê-la.

O quadro se completa: beleza, fartura e harmonia da natureza, a serviço do homem e da mulher que se encontram e se recebem num relacionamento de igualdade. A nudez, vivida com naturalidade, indica aqui a falta de submissão e exploração entre os dois.

Esse é o jardim em que Deus gosta de passear, na brisa da tarde (Gn 3,8). Parece existir todos os elementos para dar certo. Parece o sonho de todo ecologista.

Mas a Palavra de Deus tinha dado uma ordem: não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, sob pena de morrer! Este é o único limite no jardim de Deus. Para que beleza e harmonia continuem, para que haja igualdade e não dominação, é preciso ouvir a voz de Deus. Não comer

da árvore que está no meio do jardim exige bem mais do que deixar de comer uma fruta. Também não deve significar um “pecado” de ordem sexual, como dizem alguns. O que está em jogo aqui é a escolha de um projeto que não é o de Javé. É pensar que cabe a nós estabelecer os critérios da vida e da morte. É optar pela dominação e opressão, e não pela igualdade e solidariedade.

Ao longo da história do povo de Israel, aqui recontada simbolicamente, essa escolha teve que ser feita inúmeras vezes, e nem sempre o povo acertou. Como aqui, outras vezes Javé foi deixado de lado, substituído por ídolos ou pelos próprios homens que se pretendiam “iguais a Ele”. Reis e sacerdotes, palácios e templos substituíram a sociedade igualitária e solidária. Por causa dessa escolha, o jardim, lugar bom e lugar do bem, se fechou: homem e mulher foram expulsos. Para eles, agora, sobraram o sofrimento, a fadiga e a dor.

A natureza farta volta a ser deserto, torna-se lugar de espinhos e o relacionamento de igualdade e reciprocidade torna-se dominação e submissão.

A partir daí, ao longo da história, o jardim, antes recebido como dom e agora fechado, terá que ser reconquistado, depois de muito sofrimento para conquistá-lo. A fé e a luta vão dar direito a entrar nele.

A caminhada simbólica do povo no deserto, rumo ao jardim da terra prometida, é o testemunho mais claro dessa fé e dessa luta. Os que du-

vidam, os que temem a força dos inimigos e não acreditam no poder de Javé, os que preferem voltar ao Egito e deixam de avançar e lutar, estes vão ficar no deserto, para sempre (Números 14). Quarenta anos de caminhada e a morte de toda uma geração nas areias inóspitas do deserto serão a conseqüência do medo e da falta de fé.

O jardim, agora e sempre, será dos que aceitam o desafio, dos que enfrentam os perigos, dos que não se acomodam no deserto, dos que acreditam no jardim e, por ele, vão à luta, conscientes de que é preciso “marchar e conquistar esta terra”, pois “realmente nós podemos fazê-lo” (Números 13.30).

AMANTES E JARDIM

(Cantares)

Em Cantares (também chamado Cântico dos Cânticos) voltam a beleza, a fartura e a harmonia, descritas em Gênesis 2. Cantares parece ser o Gênesis que deu certo. É o que teria sido, se tivéssemos obedecido a Javé! O jardim é o lugar dos amantes, cúmplice de seus encontros e paixões. A natureza toda empresta as imagens para descrever o amor e os amados.

O jardim é, assim, a própria amada, com sua fonte, seus aromas, seus frutos, para serem colhidos e comidos (Cantares 4.15s; 5.1; 6.2-3). Os frutos já não são proibidos e o jardim é o lugar onde o amor acontece. A natureza exuberante é o cenário de um amor apaixonado. Nos campos e vinhas os amantes se encontram.

A cidade, porém, com seus muros, guardas e rei, é lugar do desencontro, da saudade, do medo. Na cidade é preciso se defender, tomar cuidado, fugir. Nos campos, a entrega é total.

O amor e a natureza, descritos em Cantares, quando o homem e a mulher estão novamente em harmonia entre si, adquirem um significado ainda mais profundo, se pensarmos

no contexto em que foi escrito. Era a época na qual o Segundo Templo dominava e explorava. Época em que as mulheres sofreram a mais brutal submissão e marginalização.

Esse cântico torna-se, assim, o grito de denúncia contra o templo e contra a cidade, verdadeiros geradores do deserto mais estéril. É o grito de denúncia de quem não aceita a opressão e teima em acreditar no jardim, vivendo de um jeito diferente, no qual o amor tem espaço, o homem é amado, procurado e querido, e a mulher, dona de seu corpo, se entrega na liberdade e na paixão, sem censuras de leis que a façam impura e má. Mulher e homem são fonte de bem e de prazer um para o outro.

Nesse relacionamento, a natureza, não explorada (como queriam o templo e o estado, a serviço do mercado), torna-se cúmplice, aliada, amiga e companheira dos amantes.

O amor, celebrado no cântico, devia ter um significado muito grande na memória popular, pois era lido na grande festa dos israelitas que celebrava a libertação do povo do Egito em busca da terra prometida: a Páscoa.

Os dois jovens de Cantares acreditaram no seu amor e acreditaram no jardim. Eles, à revelia de templos, sacerdotes e reis, nos devolvem o sonho, o jardim e, com eles, a possibilidade de vivermos, homens e mulheres, como amantes e não como rivais.

JESUS E A MULHER, NO JARDIM

(João 20)

Esse texto do evangelho de João nos coloca novamente num jardim. Desse vez, porém, a situação é de morte. A mulher também está aí, mas para chorar o amigo morto, assassinado. Os discípulos vieram e se foram. Estão na proteção segura da casa. Sómente a mulher continua no jardim, teimosa. Ela não tem nem o conforto de cuidar do cadáver do amigo, pois o corpo sumiu.

De certo modo, a situação de Gê-

nesis se repete. No jardim, homem e mulher se encontram e se reconhecem. Como antigamente Adão, agora também o homem chama a mulher pelo nome. Primeiro “mulher”, depois “Maria”. A mulher vibra de alegria e se joga aos pés do amigo. Quer abraçá-lo para nunca mais perdê-lo, agora que o encontrou. Já sofreu tanto, agora ninguém irá tirá-lo dela.

Mas o motivo de o amigo estar aí, no jardim, vivo com ela, é maior do que se encontrar para gozar um da companhia do outro. Jesus levou até as últimas consequências o projeto do Pai. Assumiu-o e, por causa dele, enfrentou a morte. Por isso, o Pai o ressuscitou. Por isso ele reconquistou definitivamente o jardim.

Essa verdade, que a mulher testemunha em primeiro lugar, deve ser anunciada. O jardim, agora, torna-se ponto de partida para a mulher e para aqueles que querem seguir Jesus, o ressuscitado.

Ficar com Jesus quer dizer, agora, deixá-lo no jardim que ele reabriu para sempre e ir ao encontro dos irmãos, testemunhar que ele está vivo, nos resgatou e nos devolveu o jardim, expresso na nova filiação revelada por Jesus: o nosso Deus é nosso Pai! O que tinha sido fechado e perdido no começo é agora reaberto: o relacionamento com Deus é restabelecido, assim como entre homens e mulheres. E o sinal disso é justamente uma mulher que, no jardim, não peca, mas reconhece o mestre e assume a missão de anunciar-lhe aos irmãos. Antes que os homens o façam.

O jardim deixa de ser símbolo cada vez mais longínquo de um sonho futuro a ser realizado para tornar-se ponto de partida. A mulher vai abri-lo para que todos conheçam a verdade: o Deus que ressuscitou Jesus é Pai de todos nós.

O jardim existe. Jesus está nele e será de quantos e quantas souberem, como ele, assumir o projeto e lutar para vencer os desertos da opressão, da exploração, da marginalização. O

jardim será das mulheres e dos homens capazes de acreditar nele e de procurá-lo, desafiando o medo, os poderosos, os templos e as leis, que continuam fechando os jardins da vida e semeando a morte. Os jardins, ontem e hoje, serão das mulheres e dos homens que acreditarem no amor e na igualdade, defendidos até com a própria vida. Serão dos homens e mulheres que não temem os gigantes, os juízes, os guardas, os sacerdotes, os desertos, pois acreditam mais no Pai que nos deu o jardim e em Jesus, irmão e companheiro, que o reconquistou para nós de maneira definitiva.

Queremos fazer parte desse grupo de mulheres e homens corajosos, que sabem ir além das modas e dos interesses imediatos. Queremos lutar pelos nossos jardins, não como lugares bonitos e intocados, mas como a casa na qual possamos nos encontrar e ensaiar uma nova vivência. Queremos a harmonia com a natureza e com os irmãos e irmãs, para que todos tenhamos a vida plena que o Pai nos deu como dom primeiro, quando plantou o jardim naquela primeira vez.

O passeio que fizemos juntos ao longo desses jardins bíblicos nos garante que tudo isso é possível. As dificuldades existem, o sofrimento também, mas o sonho aconteceu e pode acontecer para nós também. Precisamos querer e lutar por ele.

“Sonho que se sonha só pode ser pura ilusão.

Sonho que se sonha junto, é sinal de solução.

Então vamos, companheiro, sonhar ligeiro,

Sonhar em mutirão!”

Ana Maria Rizzato Gallazzi é biblioteca, leiga católica e colaboradora do CEBI.

DISCURSO MIMÉTICO, ETNOGRAFIA E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Yvonne Maggie

O NEGÓCIO DA TERRA — A QUESTÃO FUNDIÁRIA E A JUSTIÇA
Eduardo Guimarães de Carvalho
Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 1991
13x20 cm, 124p.

O *negócio da terra* foi escrito por alguém que pôde vivenciar todo um processo, ou alguns processos, de luta pela terra na área metropolitana do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, como advogado, trabalhando pela Pastoral das Favelas e depois no Centro Bento Rubião. Mais tarde, como antropólogo, vendo e revendo as múltiplas versões dessa intrincada trama na qual se defrontam “comunidade”, agentes, igrejas, advogados, juízes, arquitetos, proprietários e outras pessoas.

A inserção do autor nas histórias de tentativa de reintegração da posse de terrenos do estado onde se instalavam famílias poderia ter sido mais uma dessas ações de pessoas de boa vontade que querem ajudar o “movimento social”. No entanto, fazendo um esforço de ver por sobre os ombros desses muitos personagens para entender o que se passa no centro da cena, conforme a melhor tradição da antropologia, ele pôde fazer uma descrição densa e apontar caminhos instigantes pelos quais as histórias podem ser traçadas.

O negócio da terra descreve o tique ou os tiques e põe a nu alguns pontos cegos da antropologia do direito e da ideologia que sustenta o trabalho tanto de agentes da pastoral quanto de advogados “do lado dos dominados”. A descrição leva o au-

tor a ver na Justiça não aquela instância a serviço dos dominadores, mas um espaço no qual se pode lutar para resolver conflitos, já que ela não é descrita monoliticamente.

O direito para as “comunidades” pode não ser o mesmo para os agentes e os juízes que, muitas vezes, perplexos, acabam por deixar de lado a própria tarefa de julgar.

Muitas vezes, a descrença no Judiciário faz com que assessores e advogados a serviço dos movimentos sociais paralisem processos, pois introduz-se na discussão a idéia de justiça social, de fazer o bem para os carentes, quando se devem criar novas jurisprudências.

As “comunidades” estudadas pelo autor não vêm a terra como direito mas como necessidade. Com a sutileza de quem, de dentro, pôde ver e rever as muitas versões sobre os impasses criados pelas ideologias em que se introduzem noções de uma “comunidade” homogênea, trabalhadora, honesta e, portanto, que não poderia “esbulhar o direito do outro”, e com uma descrença no Judiciário, os agentes e advogados das “causas populares” acabam levando as soluções desses “direitos” ao Executivo que, freqüentemente, resolve a questão desapropriando terrenos públicos.

Eduardo Guimarães demonstra com uma etnografia e um texto muito simples e direto, com base nos casos, que essa descrença no Judiciário e na possibilidade de solução dos conflitos na Justiça não ajuda de modo algum a luta pela conquista da cidadania.



Em sua descrição, o autor constrói a noção de discurso mimético, mostrando que os muitos setores dessas “comunidades” aprendem rapidamente como falar a linguagem daqueles que, de perto ou de longe, tentam estar “do lado deles”. Essa noção nos leva a repensar a teoria e metodologia da antropologia que, inúmeras vezes, não distingue essa mímica. A noção de discurso mimético e a descrição do livro *O negócio da terra* fazem recair sobre os ombros de antropólogos e assessores um peso maior de responsabilidade frente àqueles a quem dizem que “fazem passar a voz”. Será mesmo a voz deles?

Finalmente, como muitos dos nossos heróis fundadores que diziam que, se seus livros fossem lidos pelos administradores coloniais, muitos erros poderiam ser evitados, *O negócio da terra* também vai servir, se lido, para ajudar “assessores” a cometerem menos erros.

Ivone Maggie é doutora em Antropologia Social e professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ.



VIDA SOCIAL E ÉTICA
ÉTICA E POLÍTICA
IGREJA E ÉTICA
ÉTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
DEMOCRACIA E INFORMÁTICA
ECO-92